

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

 FGV

CVces

NÚMERO 62
ABRIL 2012



CAPITALISMO SOB REVISÃO

*O mainstream começa
a refletir sobre os
limites do sistema*

NOVA ECONOMIA: subsídios
perversos retardam a mudança

RIO+20: a face ambientalista
de Fernando Collor de Mello

Greenstore

Greenforma

Greenstyle

Greenpedia

Grengle

Atendimento

Sobre o Greenvana

**GREENVANA:
PARA VOCÊ QUE QUER
CONSUMIR SEM DOR
NA CONSCIÊNCIA.**

A maior loja de:
produtos eco-friendly do Brasil



O maior portal sustentável de:
construção, reforma, eficiência hídrica e energética



Greenvana facebook
Acompanhe os últimos posts



Greenstyle
O portal de conteúdo sustentável



Greenbest
Prêmio Greenbest 2012



Greenpedia
Enciclopédia colaborativa sustentável



SANTANDER E GREENVANA, JUNTOS.

O Greenvana é um portal pioneiro em sustentabilidade e uma referência em conteúdo e produtos para o dia a dia de empresas e pessoas que se importam com sustentabilidade. Nós do Santander somos agentes financeiros e apoiadores orgulhosos desta inovação, que vai gerar riquezas para hoje e para o futuro e fazer mais gente reinventar o modo de viver e ser feliz.

Acesse www.greenvana.com e descubra como é fácil consumir de forma sustentável.



VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

Recuar para **avançar**

Dia desses, um telejornal, em rede nacional, referiu-se à Rio+20 como a conferência que se destina a encontrar formas de promover o crescimento econômico com inclusão social e menor impacto ao meio ambiente. Este é o senso comum que se tem propagado, embora a visão da sustentabilidade seja bem outra.

Como temos publicado de forma recorrente em PÁGINA22, a Rio+20 só trará alguma contribuição se revisar em profundidade o sistema econômico, adequando-o aos limites do ecossistema e colocando-o a serviço do bem-estar da sociedade. Isso implica rever valores, a fim de perseguir a qualidade do desenvolvimento, em vez de basear-se na quantidade expressa em números do PIB.

Nada disso é novidade para o público da revista – a notícia é que algumas vozes do chamado *mainstream* (o sistema dominante) começam a aderir a esse pensamento, o que é fundamental para imprimir velocidade às transformações necessárias. Mas o caminho é longo e o horizonte é vasto, e ainda há muito trabalho pela frente. A própria Organização das Nações Unidas apresentou um entendimento bastante questionável da chamada “economia verde”, o que levanta diversas críticas de expoentes da ciência e até mesmo de economistas renomados. Recuperando noções desenvolvidas há décadas, eles alertam para a necessidade de tratar a economia como um subsistema do ambiente natural e apontam para um capitalismo “de limites”.

Para o pequeno círculo formado por estudiosos e engajados no tema da sustentabilidade, parecia que a dimensão dos dilemas já estaria bem mapeada e conhecida do grande público, e agora seria a hora de encontrar as saídas, concentrar-se no “como” fazer.

Mas não. Ainda há que se resgatar conceitos fundamentais deixados no caminho, alinhar conceitos e falar todos a mesma língua, para podermos continuar avançando.

Boa leitura!

PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Leticia Freire
REPÓRTER Thais Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Luis Mourão (design)
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Daniela Gomes Pinto, Douglas Reis, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos de Economia Verde), Luiz da Motta, Ricardo Abramovay, Vinicius Goulart

ENSAIO FOTOGRÁFICO Imagens do Povo
JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
(11) 4303-8741

TUPINÁ COMUNICAÇÃO LTDA.

COORDENAÇÃO Júnior Tupinã
celular (11) 8202 4825

junior@tupina.com.br / tupinacomunicacao.com.br

ASSISTÊNCIA COMERCIAL
Rosana Mendes

rosana@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Caixa de **entrada** Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Post “Você é a nora que mamãe pediu a Deus”] Não podemos colocar em um mesmo saco dois homens correndo atrás de uma mulher às 11 da noite e um galanteio num corredor de supermercado. Imagino haver consenso contra as abordagens ameaçadoras ou violentas. No outro extremo, a autora reconhece um bom xaveco como um “presente inesperado”. O diabo está no limite. Havendo civilidade e “bom senso” na abordagem, e sabendo-se recuar quando a cortejada não demonstrar interesse (ou se sentir ameaçada ou

constrangida), investida e rejeição fazem parte do jogo amoroso.

Fabio Storino

[Post “Fazendas verticais plantam onde se come”] O conceito de fazenda urbana soa muito mais estimulante quando retoma a discussão sobre a fertilidade do solo e a qualidade das águas urbanas. Para países lanternas do desenvolvimento e, quem sabe, em busca de outro modelo, muito mais vale garantir as condições ecológicas que viabilizam pequenas hortas de quintal (nos centros e nas

periferias) do que arranha-céus de alta eficiência para um mercado de massa e controlados por sabe-se lá que grupo. Pablo Pessoa

[Post “Biodiversidade e serviços ecossistêmicos – como as empresas estão se preparando”] Excelente artigo! Reforça ainda seu ponto o trabalho que a Câmara de Biodiversidade do Cebds tem feito, ao visitar ferramentas de valoração e o lançamento recente do Teeb for Business no Brasil. De fato, a caminhada está se iniciando!
Gabriela Burian

16 ENTREVISTA Anfitrião da Eco 92, Fernando Collor defende, na Rio+20, a revisão do modelo econômico e ênfase na questão climática

22 ECONOMIA A percepção de que o meio ambiente está no cerne da crise do capitalismo torna o momento mais propício para avançar na agenda da prosperidade sem crescimento

28 GLOSSÁRIO Verde, Ecológica, Criativa, Solidária. De que economia, afinal, estamos falando?

32 RETRATO No mundo que é de carne e osso, mas atingido pela ilusão das bolhas financeiras, a economia real segura-se onde e como pode

38 FADE IN/ FADE OUT A transição da velha para a nova economia implica necessariamente eliminar os chamados subsídios perversos

44 ENTREVISTA Sem ser a solução, mas sim um dos caminhos para “chegar lá”, a economia criativa resiste e se fortalece, afirma John Howkins

Seções



- 08 Notas
- 10 Web
- 11 Página Cultural
- 12 Economia Verde
- 30 Análise
- 48 Estalo
- 49 Coluna
- 50 Última

CAPA Foto: Lucas Cruz # Tratamento: Dora Dias

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Ana Cristina d'Angelo, colunista
Após uma viagem a Cuba, a jornalista Ana Cristina d'Angelo procurou PÁGINA22 para sugerir uma pauta. Gostamos tanto da ideia – e dela – que Ana virou nossa colaboradora e colunista, responsável pela *Página Cultural*. Hoje, entre as várias atividades, coleciona nomes de prédios que encontra pelas ruas de São Paulo, onde mora.

Como boa mineira que gosta de gente, promete que ainda vai escrever um livro sobre receitas com nome de pessoas, como Romeu e Julieta, Maria-Mole e Carolina. Bem ao espírito livre de Ana.





Prêmio Itaú de Finanças Sustentáveis.

Inscreva seu trabalho.

www.itaufinancassustentaveis.com.br

Coloque sua vontade de mudar o mundo no papel e envie para a gente. Este prêmio é uma iniciativa do Programa Itaú de Finanças Sustentáveis, que estimula a discussão e incentiva a produção de matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos sobre o tema. Acesse o site até 6 de julho e participe.

APÓIO: INSTITUTO
ETHOS

Mude. E conte com o Itaú
para mudar com você.
Itaú. Feito para você.



ÁGUA

Campanha com efeito **ricochete**

Iniciativas em prol da redução do consumo de água são sempre bem-vindas. Mas há campanhas que podem ser um verdadeiro tiro no pé quando as nuances do consumo são ignoradas.

Em março, a Ambev lançou no Rio de Janeiro o projeto Banco Cyan, em parceria com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). As pessoas cadastram-se em um site e, conforme batem metas de redução de consumo de água, ganham pontos que podem ser usados como desconto em alguns sites de compras. A estimativa é que 10 milhões de pessoas em 65 municípios fluminenses possam participar da campanha.

A redução do consumo de água é uma ótima medida. O problema é que, para incentivar a redução de um lado, incentiva-se o consumo de outro. Ainda que muitos não saibam, tudo que compramos precisa de água para ser produzido ou transportado. Nesse caso, a chamada “água virtual”, como o termo é conhecido, nem sempre é contabilizada no cálculo da pegada ecológica de um bem. Assim, se compramos

produtos que demandam muita água em seu ciclo de vida útil, a economia que fizemos em um banho mais curto vai, literalmente, ralo abaixo. Isso pode ser chamado “efeito ricochete” e já foi tema de nossa reportagem “Efeito Cilada”, na edição 55.

Questionado se a campanha não teria essa dubiedade, Ricardo Rolim, diretor de relações socioambientais da Ambev, afirma que o Banco Cyan não estimula o consumo. “O correntista ganha apenas um desconto, ou seja, ele já iria adquirir algo. O objetivo é conscientizar e engajar as pessoas em prol do uso racional da água, estimulando uma mudança de atitude e recompensando aqueles que conseguem diminuir o consumo desse recurso natural – finito e em risco. É uma espécie de programa de milhagens, mas que premia o não consumo”, diz. Rolim completa que, desde a criação, o banco já resultou na economia de mais de 82 milhões de litros de água em São Paulo e Minas Gerais, o suficiente para abastecer mais de 15 mil pessoas por um mês ou encher mais de 5.500 caminhões-pipa. **POR THAÍS HERRERO**

EMPRESAS

BÔNUS NO VERMELHO

Nem só de resultados financeiros vivem os bônus dos executivos da Natura. Em 2011, pela primeira vez desde que adotou a política de responsabilidade socioambiental, a empresa só alcançou as metas ambientais e econômicas, faltando, contudo, atingir os objetivos sociais estabelecidos. O resultado foi o cancelamento do bônus a ser pago para os colaboradores.

O que gerou o descompasso foi o descontentamento dos consultores da empresa, identificado na pesquisa anual de satisfação e fidelidade da Natura. Em 2011, a empresa contratou um novo sistema de distribuição, que passou por problemas e atrasou entregas. Faltaram produtos, sobram clientes e consultores insatisfeitos. “A pesquisa é importante justamente para apontar as falhas e trabalharmos para melhorar”, diz Marcelo Carvalho, vice-presidente de desenvolvimento organizacional e sustentabilidade. No caso da empresa de distribuição, tudo já foi normalizado, segundo Carvalho.

“Claro que nenhum executivo gosta de ficar sem o esperado bônus de fim de ano. Mas acordo é acordo. Ano que vem esperamos que isso não aconteça, mas não mudamos nossa política de valorização do tripé social, ambiental e financeiro”, diz Carvalho.

Dentro das metas ambientais, ficou tudo no verde: a Natura reduziu em 5,3% suas

emissões relativas de gases de efeito estufa.

Desde 2007, a empresa acumula a redução de um quarto dessas emissões (25,4%) e tem a meta de chegar a 2013 com 33% menos carbono. Já do lado econômico, a receita líquida da empresa no Brasil em 2011 foi de R\$ 5.087,6 milhões, uma evolução de 6,8% em relação a 2010. **(TH)**

AMAZÔNIA

PESQUISA REVELA PERFIL DAS MULHERES EXTRATIVISTAS

Rosana Pantoja de Moraes é ribeirinha. Mora com a família de oito irmãos na várzea do Rio Pará, perto de Curalinho, na Ilha de Marajó. Tem 30 anos e ainda não teve filhos. Na época da chuva, sua atividade é coletar açaí. Parte consome com a família; parte vende na cidade.

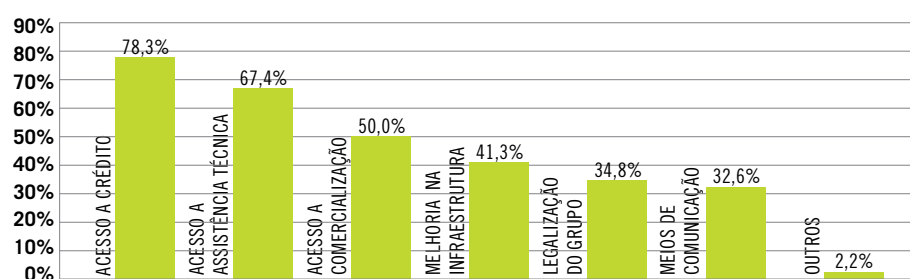
Quando estia, trabalha como pescadora artesanal. Em casa, vê televisão enquanto

trança cestarias ou confecciona bijoias. E não é só isso: quando tem eventos públicos na cidade, Rosana sempre consegue um bico de cozinheira. Satisfeita com seu ritmo de vida, não quer outro trabalho. Tampouco vai se mudar para Belém. Está mais interessada em fazer cursos de aperfeiçoamento.

Rosana foi uma das entrevistadas pela Secretaria da Mulher do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), em uma pesquisa ainda inédita sobre o perfil da mulher extrativista na Amazônia. A entidade ouviu 46 associações em nove estados da Amazônia Legal, para descobrir quais são suas principais aspirações e dificuldades.

Segundo Cristina da Silva, organizadora da pesquisa, as associações de mulheres na Amazônia ainda estão dando os primeiros passos para se organizar como produtoras, pois faltam a elas informações e capacitação. “Sem contar as questões

NECESSIDADES MAIS URGENTES DOS GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES EXTRATIVISTAS



culturais que as impedem de uma maior autodeterminação”, afirma.

Linhas de financiamentos nunca chegam. Segundo os primeiros resultados da pesquisa, apenas 26% dos grupos entrevistados tiveram algum membro beneficiado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não atingiu nem 5% deles, enquanto o Pronaf Mulher não saiu de 0%. Os dados são preliminares: a CNS ainda pretende ter algumas conversas com lideranças para consolidar a pesquisa. O resultado definitivo deve sair até o fim do ano. **POR LUIZ DA MOTTA**

SOCIEDADE CIVIL

MAIS DIÁLOGO, MENOS RETROCESSO

Em março, diversas organizações da sociedade civil lançaram um manifesto intitulado “Retrocessos do governo Dilma na agenda socioambiental”. Segundo estudos das próprias entidades, trata-se do pior resultado ambiental da história do Brasil desde o fim da ditadura militar.

Com 39 instituições signatárias, como Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Instituto Vitae Civilis, Greenpeace Brasil, o documento circula na web em forma de petição pública e soma mais de mil adeptos.

Para o conselheiro do IDS João Paulo Capobianco, o que motivou o manifesto foi a

necessidade de compartilhar a preocupante avaliação do atual momento na agenda socioambiental. “Consultamos um conjunto expressivo de organizações para identificar se essa percepção [de retrocesso] do IDS era compartilhada pelas demais. Recebemos cerca de 15 documentos com análises dessas organizações comprovando que não estávamos sozinhos.”

A preocupação de Capobianco é a mesma de Bazileu Margarido Neto, integrante do IDS, que defende que o documento criado se constitua em uma agenda sob permanente avaliação. “Não se trata de um episódio com começo e fim. A carta deve ser uma forma de avaliar como e o que estamos fazendo da política ambiental no Brasil.”

Após consolidadas as assinaturas e as adesões da sociedade civil, o documento será encaminhado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e para a Secretaria-Geral da Presidência da República. “Esperamos que a presidenta dialogue mais”, diz Margarido Neto. Confira na versão digital desta nota, em fgv.br/ces/pagina22, a lista dos signatários. Para participar da petição, acesse bit.ly/H9N6ZA. **POR LETICIA FREIRE**

FORMAÇÃO

CADEIA DE VALOR NA MINERAÇÃO

O setor de mineração move uma cadeia extensa de produtos e serviços e

enfrenta desafios reais no que diz respeito à sustentabilidade. Diante desse cenário, como criar condições para que a atividade melhore seus processos na cadeia de suprimentos e se torne protagonista de um novo modelo de desenvolvimento?

Responder a essa questão é o desafio da 5ª turma do FIS – Formação Integrada para Sustentabilidade, disciplina semestral oferecida aos alunos a partir do 5º semestre das escolas de administração, economia e direito da FGV.

Lançado em 16 de fevereiro, e apresentado ao público em 28 de março, o desafio tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências para lidar com a realidade complexa atual por meio das questões de extração, distribuição e comercialização de minério no País. Entre as atividades programadas para o desafio, estão agendadas visitas às minas da Votorantim, Kinross e Anglo American.

Nesse percurso, os alunos conversarão com fornecedores de bens e serviços (diretos e indiretos), governos locais, sociedade civil, institutos, associações de classe, ONGs, entre outros, e, juntos, buscarão um caminho para dar cara nova aos critérios básicos de preço, prazo e qualidade usuais nas cadeias de suprimento. Para saber mais, acesse eletivafis.com.br e clique em “Kick off”. **(LF)**

FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA 22



Se você deseja participar dessa seção, escreva para leitor@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Carla, escreva para frabetti@hotmail.com

Carla Frabetti, 31 anos, sempre foi uma aluna aplicada. Formada em Administração de Empresas, chegou ao último ano da faculdade querendo mais que boas notas e um bom emprego. Faltava experiência de vida em seu currículo. Decidiu, então, que passaria um tempo fora do Brasil, tanto para potencializar o domínio do inglês como para juntar um dinheiro e viajar pela Europa. Escolheu Londres como destino e, logo de cara, viu que a vida, apesar de bela, tem lá suas dificuldades.

O emprego era mais desafiador que interessante. Atendente em uma das lojas do McDonald's, Carla sentiu na pele (e na balança) como é a vida do outro lado

do balcão. “Só podia comer o sanduíche, as frituras e os refrigerantes. Saladinha? Nem pensar, ou só pagando. Nessas quase perdi minha saúde.” O resultado foram 10 quilos a mais, além de muitas indagações sobre a forma como as pessoas são tratadas em algumas empresas. “Você naturalmente se pergunta por que as políticas empresariais acabam por levar em consideração primeiro o lucro, depois o ser humano. Estamos falando em comida, em alimentar quem trabalha pra você. É uma loucura isso.”

A vida dura nos balcões do McDonald's londrino durou pouco. Ela conseguiu um emprego melhor e, de quebra, perdeu os quilos extras. A experiência, contudo, ela fez questão de trazer de volta para o Brasil. Há

12 anos atuando na área financeira, Carla é coordenadora de tesouraria da Prysmian Group – um dos braços da Pirelli – e busca tratar todo mundo a pão de ló.

“As pessoas são complexas, cada uma tem um hábito, uma criação. É um exercício diário lidar com os humores alheios. Na área financeira, por exemplo, somos sempre pressionados por metas e indicadores, é estressante mesmo. Mas não justifica tratar ninguém mal”, diz.

Ela vai mais longe. “Penso que os ambientes de trabalho, quando preenchidos por pessoas satisfeitas e saudáveis, são ambientes leves, em que a informação flui e o objetivo de sucesso é coletivo”, conclui. **POR LETICIA FREIRE**

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Investimento privado, impacto público

Em meio a crises econômico-financeiras e orçamentos apertados, serviços sociais podem ficar em segundo plano, principalmente quando não são considerados prioritários, como os preventivos. Uma solução está em teste na Inglaterra. São os chamados bônus de impacto social, instrumentos financeiros que levantam recursos privados para a execução de serviços sociais com foco em resultados práticos.

O primeiro bônus de impacto social foi lançado em 2010 para gerar recursos para um programa com vistas a diminuir a taxa de reincidência entre os prisioneiros recém-libertados de uma penitenciária nas proximidades de Londres. Investidores privados subscreveram 5 milhões de libras esterlinas e o programa está curso. O governo britânico só desembolsará dinheiro para recompensar os investidores se a taxa de reincidência entre os prisioneiros cair pelo menos 7,5% em relação a outras penitenciárias britânicas.

Há quem defenda que o modelo permite a inovação social ao dar mais liberdade aos executores de políticas públicas, além de oferecer alternativas de investimento para



COMETIS/TARNOON

fundações filantrópicas e outros investidores interessados em causas sociais. Na prática, os bônus significam a transferência do risco da execução de serviços sociais do governo para o setor privado.

Mais a respeito das vantagens e desvantagens dos bônus no post "Inovação financeira com resultados sociais?".

ideia é compartilhar coisas de que você gosta, mas que não são sobre você diretamente. Por isso, as postagens fogem das autopromoções excessivas de férias e festas que se costumam postar no Facebook... A rede teve crescimento exponencial em poucos meses – só entre setembro e dezembro de 2011 foi de 429% – e hoje tem cerca de 10,4 milhões de usuários cadastrados.

TV DOS POVOS

Um dos canais (literalmente)

de difusão de informação e que se prepara para o debate na Rio+20 é a TV Cúpula dos Povos (em cupuladospovos.org.br/tvcupula). Nela estão vídeos produzidos pela equipe e parceiros do grupo da sociedade civil que vai se reunir paralelamente ao encontro dos chefes de Estado promovido pelas Nações Unidas. Entre as produções está a do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que mostra as famílias de Altamira (PA) despejadas em razão do barramento do Rio Xingu, e um da Cúpula da Terra, a Rio 92.



VILSKOGEN

VALE O CLICK UM INFOGRÁFICO POR DIA

Abra todos os dias o site DailyInfographic.com para encontrar conhecimento em forma de infográficos didáticos e criativos, elaborados por uma equipe dedicada de programadores visuais. Conheça desde a evolução dos vírus dos computadores até o comportamento dos usuários da internet e como se livrar da acne.

TRANSPARÊNCIA NAS ONGs

Na luta contra a criminalização da imagem do Terceiro Setor – devido a casos de corrupção na política –, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) criou o projeto "Transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil" e um hot site sobre o tema. Nele está uma pesquisa com objetivo de ampliar a compreensão sobre práticas de transparência e prestação de contas das ONGs.

ARTE, AMBIENTE E MAIS

Apesar do nome, o environmentalgraffiti.com, tem mais que arte e meio ambiente. Apresenta conteúdos que recebe de colaboradores – e paga por isso. A boa seleção traz desde fotos engraçadas e belas até notícias sobre cidades, tecnologia, esportes radicais e ciência. Também dá dicas de design, como a cerca feita de pranchas de snowboard abaixo.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

O cinema ambiental na Ecofalante

A boa surpresa do mês passado foi a primeira edição da *Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental*. Foram exibidos gratuitamente mais de 40 filmes, divididos em seis eixos temáticos: energia, água, ativismo, povos e lugares, consumo e mudanças climáticas. Sete debates complementaram a programação, que também homenageou Adrian Cowell, diretor de um trabalho histórico de documentação da destruição da Floresta Amazônica. Nascido na China, em 1934, começou a filmar no Brasil ainda nos anos

50. Companheiro dos irmãos Villas Boas e do sertanista Apoena Meirelles, fez uma série de filmes sobre a Amazônia, entre eles *A Década da Destruição*, uma série de cinco filmes, realizada ao longo de dez anos, com a qual conquistou importantes prêmios. Cowell estava às vésperas de mais uma viagem ao Brasil, em outubro do ano passado, quando morreu.

A mostra foi bem-recebida pelo público. Com saldo de aproximadamente 4 mil visitantes, o boca a boca foi ótimo e a participação nos debates

cresceu durante a semana. Em breve, os debates estarão no site da mostra, um bom arquivo do se viu e ouviu por lá: ecofalante.org.br/mostra. A segunda edição já está certa e trará o tema da mobilidade urbana para o centro dos holofotes.

Os Catadores e Eu

Agnès Varda, a diretora do longa, depara-se com extrativistas, vasculhadores e catadores em diversos lugares da França. Por necessidade, acaso ou escolha, essas pessoas coletam os itens "deixados para trás",

descartados por outros. A diretora faz um paralelo com sua própria condição, pois, segundo ela, o ato de filmar também é catar, em que não há limite para a curiosidade.

Beautiful Country (2008)

Relatos de moradores da região da Campania, na Itália, denunciam os 1.200 depósitos de lixo tóxico não autorizados. O esquema tem o apoio da máfia Camorra, de governos locais e da maçonaria. Um verdadeiro massacre da terra, colocando diversas formas vidas em risco. Junto com o espanto, ocorre uma perguntinha autorreferente: o mesmo se passa no Brasil em locais onde a fiscalização é inexistente ou conivente com poderes equivalentes aos existentes na Itália?

The Warriors of Qiugang

Uma pequena vila na China se rebela contra uma grande empresa fabricante de pesticidas que pertencia ao Estado e foi privatizada. Mesmo pobres e precariamente instruídos, os "guerreiros" lutam durante cinco anos para ter de volta sua terra e água limpas.



DIVULGAÇÃO

APOLONIO, O LIBERTÁRIO

Até julho, o Memorial da Resistência de São Paulo apresenta a exposição *Apolonio de Carvalho, a trajetória de um libertário*. São 30 painéis com fotos, documentos, cartazes e textos que percorrem a história de Apolonio desde a sua infância em Corumbá, passando pelos principais acontecimentos políticos e sociais do século XX. Apolonio serviu no Exército Brasileiro, foi voluntário nas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola, combatendo o fascismo entre 1937 e 1939, e, na França, em

plena Segunda Guerra Mundial, foi coronel da Resistência na luta contra o nazismo. Nos anos 60, rompeu com o PC brasileiro e ajudou a fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Com a redemocratização, foi um dos primeiros a se filiar ao PT. Morreu em 2005, aos 93 anos de idade. A mostra ocorre de terça a domingo, das 10 às 18h, no Memorial da Resistência de São Paulo. Entrada gratuita.

CULTURALMENTE SANTISTA

A memória cultural da Baixada Santista

agora tem um site, o CulturalMente Santista (santoscultrual.net), com a proposta de reunir entrevistas, relatos, ações, agenda cultural, notícias e perfis de personagens da cultura da região. Para o lançamento do site, o editor André Azenha promove até o dia 7 deste mês uma série de bate-papos e apresentações artísticas nas áreas de cinema, teatro, produção cultural, artes plásticas, jornalismo + crítica cultural, ilustração + design, criação literária, música e tendências do mercado editorial.

Além do **PIB** | A água será objeto da primeira conta econômico-ambiental do Brasil, trazendo informação valiosa para os gestores públicos **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

Anfitrião da Rio+20, o Brasil ainda não estabeleceu um sistema nacional de contas econômico-ambientais integradas, conforme recomendação do item 8 da Agenda 21, um dos principais documentos adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Mas, na Rio+20, o País deverá finalmente anunciar que terá pronta em 2014 a conta nacional da água – sua primeira conta econômico-ambiental. Está prevista para este mês a assinatura de portaria conjunta dos ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento que instalará o grupo de trabalho responsável pelos cálculos da conta. Participarão técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A primeira edição da conta da água divulgará dados de 2013, informa Marco Neves, assessor do diretor-presidente da ANA. Como a medição seguirá os padrões estatísticos do Sistema de Contabilidade Ambiental e Econômica Integrada da Divisão de Estatística das Nações Unidas, suas informações poderão ser comparadas com as de outros países que possuem o instrumento, caso da Austrália.

Segundo Neves, mediante a conta nacional da água, será possível entender melhor a relação entre uso da

água e dinâmica econômica. A ANA dispõe de muitos dados sobre disponibilidade e demanda hídrica, mas ainda não há informações mais sólidas sobre o custo da água para os setores econômicos. Não se sabe também quanto se gera de valor na produção a cada metro cúbico de água consumido pela agricultura, indústria e setor de serviços. “Poderemos saber se um determinado setor econômico está agregando maior valor financeiro com decréscimo no consumo de água”, explica. Em um segundo momento, talvez em 2014, o indicador também medirá em termos monetários as perdas acarretadas ao país pela poluição do mar e de rios, lagos e represas.

“Esse tipo de informação é muito valioso para os gestores públicos”, observa Wadih João Scandar Neto, diretor de Geociências do IBGE. “A conta permitirá ao gestor, por exemplo, administrar melhor os conflitos de uso do recurso, facilitando sua decisão sobre outorgar mais água para a indústria ou a agricultura em determinada bacia.” Há muitos dados sobre consumo de água, assinala o executivo do IBGE, mas são parciais e não estão integrados à dimensão econômica da produção industrial e primária. Além do mais, a conta brasileira da água será tecnicamente bastante confiável, visto que seguirá o padrão internacional de contas econômico-

ambientais definido em fevereiro pela ONU.

A recomendação para os países produzirem suas contas nacionais econômico-ambientais deverá ser reiterada na declaração final da Rio+20. No item 111 do *Rascunho Zero*, documento divulgado em janeiro, é reconhecida a limitação do Produto Interno Bruto para medir o bem-estar humano e a necessidade de indicadores complementares ao índice que integrem as dimensões econômica, ambiental e social.

Para o professor José Eli da Veiga, do Instituto de Relações Internacionais da USP, a declaração final deveria sugerir a formulação de indicadores que superem o PIB em vez de o complementarem, como prevê o rascunho. Simultaneamente, propõe Veiga, a declaração precisa fazer referência explícita às recomendações do Relatório *Stiglitz-Sen-Fitoussi*, de 2009 (stiglitz-sen-fitoussi.fr): maior ênfase no consumo familiar que no PIB, criação de um índice de qualidade de vida e uso de alguns indicadores biofísicos, como as pegadas de carbono, água e nitrogênio. “Fora disso, será inevitavelmente mais conversa fiada”, critica o professor da USP.

As contas econômico-ambientais medem a contribuição à economia de ativos ambientais como água, ar, solo, floresta, minerais e biodiversidade, bem como contabilizam monetariamente a degradação de recursos naturais causada pela atividade econômica. Dessa forma, conferem visibilidade a dimensões inexistentes no cálculo

do PIB. Estudos recentes, a exemplo do trabalho sobre economia verde publicado em 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do relatório da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, apontam a hegemonia do PIB na avaliação do desempenho econômico como um fator limitante ao desenvolvimento sustentável de uma nação.

Isso ocorre porque o PIB calcula basicamente a variação negativa ou positiva na produção de bens e serviços. Na economia convencional, o crescimento robusto do PIB sinaliza a boa saúde econômica de uma nação, não importando que o desempenho esteja associado à piora de indicadores ambientais e sociais. Não é deduzido do PIB, por exemplo, o custo das doenças e milhares de mortes provocadas pela poluição atmosférica na China decorrente do crescimento exuberante e veloz da economia asiática nas duas últimas décadas.

“É importante destacar que há uma longa história de tentativas de desenvolvimento de contas ambientais”, sublinha Sandra Paulsen, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segunda ela, o tema ganhou mais atenção com a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, mas o americano Robert Repetto, um dos mais importantes economistas ambientais da atualidade, já falava da necessidade de incorporar o capital natural na contabilidade nacional lá pelos idos da década de 1980.

INDICADORES ALTERNATIVOS BUSCAM ESPAÇO

Ainda vai demorar muito para se chegar a um consenso em torno de um PIB verde ou de uma cesta de indicadores alternativos ou complementares à medida hegemônica da economia. Enquanto isso, alguns índices alternativos têm sido criados por organizações não governamentais, governos, universidades e agências multilaterais. Em todos eles, há a busca por medir aspectos ignorados pelo PIB, sobretudo qualidade de vida, educação, meio ambiente e saúde, sem esquecer da renda familiar. Conheça a seguir alguns desses indicadores.

■ **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** Publicado pela primeira vez em 1980, pela ONU, mede três dimensões do desenvolvimento: educação, expectativa de vida e renda (pnud.org.br/idh).

■ **Better Life Index** Lançado em maio de 2011 pela Organização para Cooperação

e Desenvolvimento (OCDE), é focado na qualidade de vida e possibilita comparar países em fatores como educação, habitação e meio ambiente. Saiba mais em oecdbetterlifeindex.org.

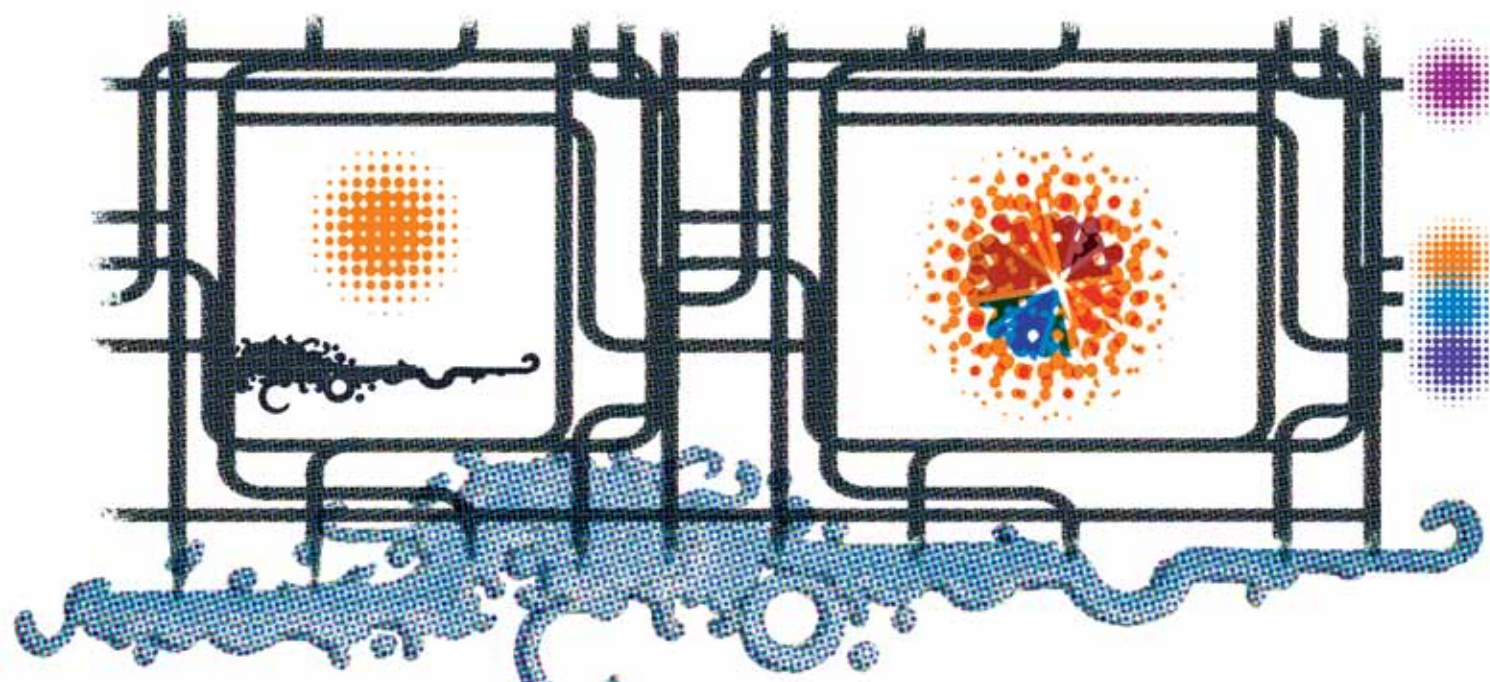
■ **Felicidade Interna Bruta (FIB)** Índice adotado pelo reino do Butão, na Ásia, teve seu primeiro projeto-piloto executado em 2006. Mede as seguintes variáveis: bem-estar psicológico, saúde, educação, uso do tempo, diversidade e resiliência cultural e ecológica, boa governança, vitalidade comunitária e padrões de vida. Disponível em grossnationalhappiness.com.

■ **Happy Planet Index** Lançado em 2006 pela The New Economics Foundation (NEF), de Londres, mostra a eficiência ecológica com que os países proporcionam bem-estar a seus cidadãos (quanto menos recursos naturais são consumidos e mais felicidade

existe, melhor é a classificação do país). Acesse happyplanetindex.org.

■ **Poupança Líquida ajustada** Indicador do Banco Mundial que mede o desenvolvimento sustentável dos países (com dados desde 1970), considerando-se investimentos nas atividades econômicas e no capital humano e o grau de depleção de recursos naturais. Acesse bit.ly/bhUeTR.

■ **Sistema de Contabilidade Ambiental e Econômica Integrada (SCAEI)** Criado pela Divisão de Estatísticas da ONU em 1993, em atendimento a uma recomendação da Agenda 21, trata-se de um sistema para organizar dados estatísticos sobre o meio ambiente e sua interação com a economia, comparáveis internacionalmente. Mais detalhes em unstats.un.org/unsd/envaccounting/seea.asp.



Pesquisadores medem o custo das mudanças climáticas para os oceanos GISELE NEULS

As mudanças no clima podem reduzir o valor econômico de serviços ecossistêmicos dos oceanos em quase US\$ 2 trilhões até 2100. O alerta é do centro de pesquisas sueco Stockholm Environment Institute (SEI), que publicou mês passado parte de um estudo sobre a valoração dos oceanos. A análise abrange cinco temas cujos danos podem ser precificados: pesca, turismo, absorção de carbono, aumento do nível do mar e tempestades em áreas úmidas costeiras.

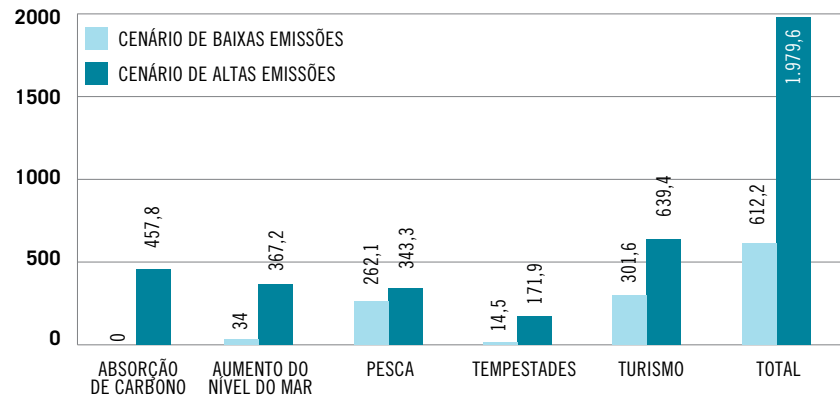
Para os cálculos, foram escolhidos dois cenários do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para 2100: um de baixas emissões, em que o aumento da temperatura global não passa de 2,2 graus e um de altas emissões, como as atuais, que pode elevar a temperatura global em 4 graus.

Se as emissões não forem drasticamente reduzidas agora, em 2100 os danos aos oceanos nessas cinco categorias significarão US\$ 1,9 trilhão perdido na economia mundial no cenário de emissões elevadas, o equivalente a 0,37% do PIB global no futuro.

Pesou na escolha dessas cinco variáveis a facilidade para calcular financeiramente os impactos das alterações climáticas e a maior propensão à ação política. Segundo os pesquisadores, todas elas podem ser afetadas por decisões políticas tomadas, por exemplo, na Rio+20. Motivo pelo qual, aliás, eles resolveram publicar os dados antes do lançamento do livro, previsto para depois da conferência, programada para junho. Acesse

os dados em bit.ly/GD1PqA. “O custo da inação aumenta muitíssimo com o tempo, fator que deve ser totalmente reconhecido nas contas das mudanças climáticas”, disse Frank Ackerman, um dos autores do estudo, em entrevista ao site do instituto sueco. A publicação completa trará análises sobre outros fatores de pressão sobre os oceanos, como acidificação, aquecimento, poluição e hipóxia (redução nas taxas de oxigênio).

CUSTO DAS MUDANÇAS NO CLIMA PARA OS OCEANOS EM 2100 (BILHÕES DE US\$)



CURTAS

CERTIFICAÇÃO DA CANA

A Bayer CropScience e a Raizen (joint venture entre Shell e Cosan) se uniram para levar a 14 produtores de cana da região de Piracicaba (SP) o programa de certificação Valore, já aplicado pela empresa alemã nas culturas de uva e milho.

TESTE

Ainda na fase piloto, com previsão de conclusão no próximo semestre, o projeto contempla práticas como o sistema de gestão integrada e a preocupação com o meio ambiente e o bem-estar dos trabalhadores.

SEM INCENTIVOS

Os produtores rurais carecem

de incentivos do sistema de crédito para regularizar a situação ambiental de suas propriedades. Soluções para o problema são apresentadas em estudo sobre o financiamento agroambiental, lançado em março pelo Instituto Socioambiental (ISA).

TEM SOLUÇÃO

O trabalho do ISA recomenda a diminuição nos juros e a ampliação dos limites de financiamento nas linhas tradicionais a produtores que seguem a lei. Conheça o estudo acessando socioambiental.org.

SIDERURGIA SE MOVE

O Instituto do Aço Brasil lança este mês o Protocolo de

Sustentabilidade do Carvão Vegetal. Suas empresas associadas comprometem-se a exigir dos fornecedores o cumprimento das leis ambientais e trabalhistas. Confira em acobrasil.org.br.

RECORDE

O Green Building Council Brasil (gbcbrasil.org.br) recebeu em fevereiro 36 pedidos para certificação Leed, a de maior aceitação na área da construção. Foi um número recorde de pedidos recebidos pela organização desde sua fundação, em 2007.

BOLSA BEM COTADA

Leitores da prestigiada revista britânica *World Finance* escolheram a BM&FBovespa

como a bolsa mais sustentável da América Latina na edição de 2012 do “Exchanges & Brokers Awards”. A premiação faz jus à prolífica atuação da bolsa paulista no tema do desenvolvimento sustentável.

COMPROMISSOS

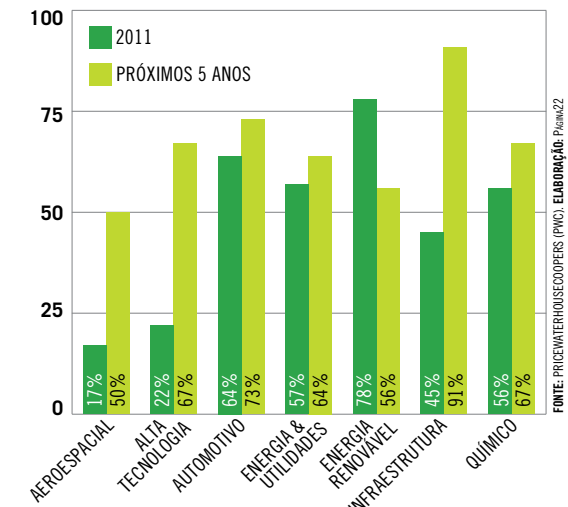
A BM&FBovespa foi a primeira bolsa no mundo a aderir ao Pacto Global em 2004 e a pioneira no bloco dos emergentes a se comprometer com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Outro quesito avaliado na premiação foram seus dois índices socioambientais – o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO₂). (JAGP)

Falta de terras raras ameaça renováveis

As terras raras são estratégicas para os setores de alta tecnologia e energias renováveis. São utilizadas, por exemplo, na fabricação de turbinas eólicas, painéis solares, baterias de carro elétrico e lâmpadas mais eficientes. O crescimento do setor de renováveis, que tem sido vigoroso desde meados da década passada, está esbarrando na escassez de terras raras no mercado internacional. Determinada a se tornar líder em tecnologias renováveis, a China – que responde por 95% da oferta global de terras raras – impôs cotas de exportação para esses metais, que desde março são contestadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) por Japão, Estados Unidos e União Europeia.

Não é à toa que os países ricos preocupam-se com a falta de matéria-prima para suas indústrias de ponta. Relatório publicado em dezembro pela PricewaterhouseCoopers (PwC) mostrou que 78% das empresas do setor de energias renováveis consultadas acusaram instabilidade no suprimento de metais em 2011, sobretudo terras raras. Para os próximos cinco anos, 56% das companhias entrevistadas pela PwC preveem que o fornecimento será inferior à demanda em alguns momentos. Acesse o relatório *Minerals and Metal Scarcity in Manufacturing: the ticking time bomb* em pwc.to/sqVncl. (JAGP)

PERCENTUAL DE EMPRESAS COM FORNECIMENTO INSTÁVEL DE METAIS E MINERAIS (POR SETORES INDUSTRIAIS)



ENTREVISTA SUZANA KAHN

BOLSA VERDE QUER BARATEAR CUMPRIMENTO DE LEIS

A primeira Bolsa Verde do Brasil começará a funcionar na capital fluminense em 20 de junho, o primeiro dos três dias da Rio+20, inicialmente com negociações no mercado voluntário. Até o fim do ano, devem ter início as transações no mercado regulado. Créditos de cinco ativos ambientais serão negociados na Bolsa Verde – carbono, efluentes industriais, recomposição da reserva legal, reposição de supressão de vegetação nativa e logística reversa e reciclagem.

O projeto é desenvolvido conjuntamente pelas secretarias estadual do Ambiente e municipal da Fazenda do Rio de Janeiro e a BVRio, uma associação civil sem fins lucrativos. Nesta entrevista, a subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio de Janeiro, **Suzana Kahn**, dá mais detalhes sobre a proposta.

É mais fácil fazer a empresa cumprir suas obrigações ambientais negociando créditos na Bolsa?

Em caso de simplesmente se criar uma política de taxação, não se estimula a redução nos custos (de cumprimento da lei), porque se taxa da mesma forma os que têm o maior e o menor custo. No ambiente da Bolsa, estimula-se que se vá migrando para um outro tipo de desenvolvimento. Em termos mais amplos,

nosso objetivo maior é fazer uma transição e promover a inovação tecnológica. E o melhor incentivo para isso é realmente diminuir o custo. Na Bolsa, a empresa poderá cumprir suas responsabilidades legais comprando créditos de quem pode cumpri-las com menos gastos e mais rapidamente.

Como se explica o Rio sair na frente de São Paulo, que é o centro financeiro do País?

Há sempre uma conexão do Rio com a questão ambiental e a cidade tem muita visibilidade. O custo de operar na BM&FBovespa há de ser muito maior que no mercado de ativos ambientais que estamos implantando agora no Rio. Muitas vezes, aquilo que é menor tem mais agilidade e flexibilidade do que um mercado mais estruturado, com movimentações diárias em um volume enorme e equipamentos muito mais sofisticados.

Sendo bem-sucedida, a experiência do Rio poderá inspirar outros estados a criar bolsas verdes similares à do Rio?

A Bolsa Verde será um espaço seguro de negociação de ativos ambientais. Outros estados que queiram transacionar na nossa plataforma aqui no Rio serão muito bem-vindos. Estamos em contato com os ministérios do

Meio Ambiente e da Fazenda, de tal forma que nossa iniciativa seja um piloto que vá crescendo e agregando outros estados, até que se torne algo em escala nacional. O que acho mais interessante para o governo federal é aproveitar a complementaridade entre os estados. Por exemplo, os estados do Sudeste são mais demandantes de créditos de carbono. Já os do Norte são mais ofertantes (devido ao sequestro de carbono pelas florestas).

Que ativo ambiental vai inaugurar as negociações no mercado regulado?

Tenho a impressão de que o mercado de carbono seja o primeiro; mas logística reversa, supressão de vegetação e reposição florestal com reserva legal virão em seguida. Isso tudo já tem lei, é apenas uma questão de regulamentar.

Não é demasiadamente ousado implantar uma Bolsa com tantos ativos ambientais, algo inédito no mundo?

Isso não atrapalha, ao contrário, dá escala, porque todos esses mercados usarão a mesma plataforma de negociação. É importante ter escala. Sem volume, não se consegue bancar a estrutura dessa Bolsa. Além disso, são mercados independentes entre si, não competem um com o outro. (JAGP)

Convencer e constranger

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO VINICIUS GOULART



Há uma face pouco conhecida do ex-presidente da República **Fernando Afonso Collor de Mello**: a ambientalista. Com a experiência de quem recebeu a Eco 92, a maior conferência das Nações Unidas já realizada na História, o senador não apenas tece duras críticas ao documento-base da Rio+20 – o *Rascunho Zero* –, como denuncia uma inversão de valores. Em sua opinião, a conferência deveria, antes de qualquer coisa, iniciar um processo de revisão dos modelos econômicos que aí estão, colocar a questão climática em evidência e definir com clareza o que é economia verde. Sem essa definição, diz ele, corre-se o risco de esta expressão virar um novo nome para protecionismo comercial, com efeitos bastante prejudiciais sobre os países emergentes.

Para Collor, falta uma orquestração capaz de reunir os líderes mundiais em torno do desenvolvimento sustentável. A seu ver, somente com estratégias de convencimento e constrangimento é que se conseguirá arregimentar os chefes de Estado *top* de linha, hoje mais ocupados com a crise econômica ou eleições. Nesta entrevista, ele conta por que o tema Rio+20 não “pegou” entre os ministros – tornando vital a pressão da sociedade civil. Afirmo que basta uma decisão política do governo para acabar com o desmatamento e, na questão do Código Florestal, o que falta é articulação política. Questionado sobre corrupção, Collor diz que esta põe por terra qualquer esforço na direção da sustentabilidade.

A Rio 92 foi a conferência que reuniu o maior número de chefes de Estado na História (108). A que o senhor credita essa façanha?

A Rio 92, na realidade Eco 92, é considerada pelas Nações Unidas como a maior, a mais bem-sucedida e a melhor conferência planetária até hoje realizada. E realmente foi. Não somente pela qualidade daqueles que atenderam ao chamamento da conferência, como pelos seus resultados. Era muito importante na época, para nós, que os países estivessem representados em seu mais alto nível, por chefes de Estado de governo. Isso foi alcançado, está naquela foto ali (*aponta para quadro na parede de seu gabinete*), e ainda faltam alguns presidentes que naquela hora já tinham viajado. A gente mede o sucesso de uma conferência por esses dois pontos: a presença qualificada e o resultado prático que ali foi discutido. O que dali saiu foi algo que ninguém poderia imaginar que seria alcançado, sobretudo com a participação dos EUA. Tivemos a Convenção da Biodiversidade, a Agenda 21, que serviu depois de base para as Metas do Milênio, tivemos o acordo do clima, de florestas, enfim, uma miríade



Primeiro presidente da República eleito por voto direto desde 1960, Collor assume o cargo em 1990 e renuncia em dezembro de 1992, antecipando-se a um processo de *impeachment* causado por denúncias de corrupção que envolvia o tesoureiro Paulo César Farias. Tem os direitos políticos cassados por oito anos. Assume vaga no Senado Federal em 2007, pelo PTB de Alagoas, e hoje integra a Comissão Nacional para a Rio+20

de acordos e tratados que infelizmente não foram cumpridos como gostaríamos, por parte dos países signatários.

Para trazer todo esse pessoal pra cá, foi preciso um exercício grande de convencimento e de constrangimento. Eu me lembro que o presidente George Bush sênior não viria. E aí combinamos, o comandante (*Jacques*) Cousteau e eu, de irmos a Washington. A conferência já tinha sido iniciada, e nós íamos na companhia de outras pessoas interessadas no tema. Decidimos ir direto à Casa Branca. Chamei o corpo diplomático, na época o ministro das Relações Exteriores era o Celso Lafer, e comuniquei: “Olha, hoje à noite estamos indo a Washington, mandem preparar o avião, porque o Bush tem que vir”. Aí me perguntaram: “Como é que o senhor vai, assim?” “Vou assim: descemos lá, pegamos um táxi até a Casa Branca, tocamos a campainha e queremos ver se é possível ser recebidos pelo presidente.” Bush pediu 24 horas, e aí veio (*ao Brasil*). Além da diplomacia, que fez um trabalho muito bom, eu destaquei todas as academias de ciência do mundo para falarem com os presidentes, por intermédio dos seus colegas respeitados de cada país. E foi assim que conseguimos a China. Foi ao Goldemberg que eu pedi que fosse à China.

O professor José Goldemberg?

Sim, e ele foi recebido pelo primeiro-ministro.

Ou seja, é necessário fazer um trabalho de articulação, de costura?

Sim, de convencimento e de constrangimento – como no caso do Bush.

E para a Rio+20, temos quantas confirmações?

Eu não tenho esses números, quem dispõe deles é o Itamaraty (*o Itamaraty não divulgou confirmações alegando questão de segurança. Informa apenas que 80 delegações solicitaram hospedagem, até o fechamento desta edição*). Eu vi duas desculpas que não me pareceram muito plausíveis. A primeira delas, fruto da ignorância do primeiro-ministro britânico, dizendo que um primeiro-ministro britânico não visita mais de uma vez um mesmo país no espaço de um ano. Fosse assim, ele não poderia ir a Nova York mais de uma vez por ano, ou a qualquer cúpula que lá se realize. Além disso, aqui é conferência das Nações Unidas, o Brasil é apenas o anfitrião. O espaço é todo ele gerido pelas Nações Unidas. Ele acabou mandando um vice. Eu citei isso em um pronunciamento que fiz.

Tampouco podemos aceitar as desculpas de eleições, como é caso americano, para justificar a não vinda do presidente. Eu disse a seu embaixador que é importante a vinda por vários aspectos, entre os quais ele ter sido eleito com o apoio maciço das gerações a que chamamos de futuras, a quem estaremos legando nosso planeta. Se ele estiver em Kansas City, fazendo um comício, um meeting, alguém vai perguntar: “O que o senhor está fazendo aqui em Kansas, quando se realiza no Rio de Janeiro uma conferência que vai tratar, em última análise, da salvação da vida no planeta? Queremos saber que planeta vamos herdar de vocês”.

Ao mesmo tempo que existe uma maior conscientização sobre o desenvolvimento sustentável, falta uma visão sistêmica por parte

dos chefes de Estado? Ou seja, eles estariam com os olhos voltados para apenas uma das pontas da crise, que é a econômica, quando na verdade a gente vive uma crise global?

A grande realidade é a seguinte: não há, por parte da comunidade internacional oficial, nenhum desejo mais forte, nenhuma vontade de participar da conferência Rio+20. Estão tentando encontrar desculpas as mais variadas para eles não estarem presentes. Mandam o ministro do Meio Ambiente e tal. Naturalmente, as decisões tomadas com a assinatura de ministros não tem o mesmo peso que a de um chefe de Estado ou de governo. Então esperamos que a pressão da sociedade civil engajada sirva de instrumento para que eles compareçam.

Por que não há esse engajamento no alto nível de representação?

Eu já ouvi nos meses passados declarações como: “Nós já avançamos o que podíamos nesse tema, agora essa crise econômica está nos deixando numa condição muito frágil. Acho que talvez seja o momento de rever o que foi acordado no Rio (*na Rio 92*), porque as metas não foram alcançadas, então seria melhor trazer o que foi acertado no Rio à realidade presente”.

Aí eu lembrei o princípio do não retrocesso. Eu me peguei muito nisso. Nós temos de estabelecer um ponto primeiro, para a realização desta conferência, que é o estabelecimento do princípio do não retrocesso, que impede que tratados, convenções e acordos que digam respeito à sobrevivência humana no planeta sofram qualquer tipo de modificação para retroceder. Além disso, o conceito de economia verde é muito amplo, até hoje não vi uma definição clara do que seja economia verde.

Então, a questão da Rio+20 peca no seu início, porque sua agenda foi imposta pelas Nações Unidas, diferentemente de 92, em que a agenda das Nações Unidas foi discutida amplamente e nós, do governo brasileiro, tivemos mais autonomia para elaborar a agenda – que foi muito ampla, mas com resultados muito bons. Desta feita, as Nações Unidas impuseram uma agenda para tratar de economia verde e governança global. O acréscimo de inclusão social e erradicação da pobreza já foi uma ação da diplomacia brasileira. Mas, muito bem, o que se conceitua exatamente economia verde? Nós temos de ter uma definição clara antes de iniciar a reunião!

E a sua definição qual é?

A minha visão é completamente diferente, vai em outro sentido. Se não a definirmos com clareza, a economia verde poderá ser o novo nome que será dado ao protecionismo comercial. Porque os países maiores, grandes importadores, podem dar preferência ou não a um país porque usa uma determinada folha...

Funcionando como barreira não tarifária.

Se deixar isso frouxo e estabelecer uma governança global – com *upgrading* do Pnuma se tornando uma agência, e não mais um programa –, essa governança global é que se tornaria o árbitro para dizer o que é economia verde ou não. Qualquer problema para dirimir uma dúvida seria essa governança global que resolveria. E isso, para os países em desenvolvimento, é uma tragédia.

United Nations Conference on Sustainable Development:

então o pessoal fala em desenvolvimento sustentável. Muito bem, como é que podemos iniciar uma discussão sobre desenvolvimento sustentável sem incluir na pauta a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas? Vamos desconhecer que as águas dos oceanos estão subindo 2 milímetros por ano? Que as calotas não estão derretendo? Que os corais estão se perdendo? Que as espécies estão sendo dizimadas porque seu hábitat já não é o mesmo? E fora o nosso dia a dia. Temos de tratar dessa questão primeiramente, até porque todos esses fundos que foram criados para financiar programas de ajuda aos países que queiram diminuir suas emanações, todos esses recursos vêm de um modelo econômico que nós também temos de mudar.

Os modelos econômicos implantados no mundo, seja o modelo do chamado capitalismo selvagem, seja o do socialismo de Estado mais extremado, nenhum desses modelos deu certo. Todos eles contribuíram, em proporção maior ou menor, para a situação de calamidade e pré-cataclismo que estamos vivendo. Isso precisa ser revisto. Há uma contradição: como podemos aceitar esses fundos que estão sendo custeados para o clima se eles provêm de um modelo que é o causador disso tudo? Então, a discussão do desenvolvimento sustentável precisa ser antecedida pela discussão de modelo econômico.

E isso não daria tempo em três meses (até o início da Rio+20).

Mas isso é um processo...

Que não está sendo nem iniciado, certo?

De alguma forma, precisa se iniciado. O que tenho falado vai nesse sentido e nessa direção. O *Zero Draft (Rascunho Zero)* das Nações Unidas, aquilo é uma coletânea de exaltações absolutamente inócuas.

la perguntar justamente sobre isso: por que o senhor qualificou o Zero Draft de pífiio?

Zero Draft: garbage. Lixo, não serve para nada. Espero que, pelo fato de ser *zero*, passe de *draft* para *original*. Até o dia 28 deste mês de março, o Itamaraty estará recebendo contribuições para uma colaboração brasileira para as premissas dos temas que serão tratados na Rio+20. A gente espera que seja uma coisa mais palpável.

Enquanto isso acontece, na semana passada o presidente de um país do Pacífico Sul, um grupo de ilhas chamado Kiribati, estava

enviando para a Assembleia de seu país uma solicitação de autorização para investir US\$ 9,6 milhões na compra de um pedaço de terra nas Ilhas Fiji, porque Kiribati vai desaparecer e ele quer transportar a sua população de 100 mil habitantes para lá. O ex-presidente das Maldivas participou no ano passado de uma conversa em que o rei Carlos Gustavo, da Suécia, realizada dentro de um navio quebra gelo a caminho do Ártico, para a qual foram convidados cientistas, alguns chefes de Estado e também o ex-presidente das Maldivas, que lá pelas tantas disse: “Tá ótimo, a reunião está muito boa, mas o que tenho a dizer é o seguinte: enquanto os senhores estão aqui discutindo, meu país está afundando”. O ponto culminante das Maldivas tem cerca de 2 metros e 40. Como vamos falar de desenvolvimento sustentável sem antes saber como reduzir o dano irreversível? Porque, quando falo em mitigar, é daqui para a frente. Porque o estrago já feito é irreversível. É segurar...

...e adaptar-se à mudança.

Hoje (*21 de março*), o vice-primeiro-ministro da China estava aqui, e eu disse que seria muito importante que o primeiro-ministro viesse. Ele respondeu que o primeiro-ministro virá. É uma grande notícia. Agora, eles estão vindo porque têm muito o que apresentar. A China é um país que em 1992 tinha 85% de sua matriz energética baseada no carvão, imagina a poluição que aquilo causava. A China construiu aquela enorme hidrelétrica, maior que Itaipu, a de Três Gargantas, e começou a mudar, fez muita ferrovia, construíram em três anos 4 mil quilômetros de trens de alta velocidade. Instalaram 700 mil torres de captação de vento para energia eólica. A China tem o que mostrar, diferentemente dos EUA, que são bem mais lentos. Nos EUA, há uma tecnoburocracia, um *establishment* que reage muito a tudo isso – embora tenham feito ações pontuais.

Por isso, é preciso uma grande orquestração. Não vejo a Rio+20 como uma arena em que estarão adversários um apontando o dedo pro outro, você é culpado disso, daquilo. Vejo como um *atrium* onde estejam reunidas as lideranças mundiais e elas estejam trocando informações, ideias, procurando saber o que cada um pode fazer em seu país. Enfim, juntar esses exercícios em um vetor de decisão de vontade política e começar a trabalhar em cima disso.

O que se tem visto hoje parece ser apenas um esverdeamento de processos, e não uma mudança efetiva.

Quando a gente fala em mudar, seja o que for, por exemplo, mudar essa mesa daqui pra lá, de início vou dizer: “Não, não quero”. Isso desde o exemplo mais tosco até uma mudança de hábitos que passa por uma política pública de transporte urbano eficiente, ambientalmente saudável. Essa cultura da civilização sobre rodas tem que deixar de existir, essa questão de carros e mais carros – se bem que o Brasil deu uma contribuição efetiva com a questão do etanol.

Efetiva, mas o transporte de carga é baseado em diesel... Nossa matriz energética, em termos de transporte, é um desastre.

Mas foi uma contribuição efetiva o etanol, que participa de 50% da frota de veículos. Em relação à carga, ela tem que ser levada por trem. É algo desse tipo que tem de ser repensado. Eu vejo a conferência como um local para isso.

O que precisa anteceder esse debate é a discussão de modelo econômico

Qual o papel da nossa chefe de Estado nessa orquestração, ainda mais sendo o Brasil o anfitrião, e visto como uma potência ambiental?

É decisivo. A participação direta, ativa e incansável dela é algo fundamental para o sucesso da conferência. E me parece que isso está acontecendo. Até porque, depois desse *Zero Draft*, precisamos elevar nosso nível de ambições, entendeu? Ficar só nessa discussão de economia verde e governança global não vai levar a coisa nenhuma. Não se pode continuar com esse nível de desperdício. Essa questão, por exemplo, que está aqui (*pega exemplar de PÁGINA22*), o fim da sacola plástica, eu vejo ainda na televisão as pessoas comentando que levam o saco para casa e agora vão ter de pagar etc. Elas não sabem o estrago que faz um saco plástico desse. Isso é uma barbaridade. Recentemente fui com minhas filhas à Disney. Aí você vê o padrão de consumo dessas pessoas.

É enlouquecedor.

É uma coisa louca. Eles vêm com umas bandejas com uns sanduíches enormes, umas batatas fritas deste tamanho, mais Coca-Cola, depois jogam tudo aquilo no lixo, junto com a comida, é uma sofreguidão!

De modo que, de novo, o sucesso da conferência será medido pelo número de chefes de Estado e quantos deles são *top* de linha: EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Índia, China, Rússia, Canadá, países escandinavos. Se vierem, um ponto terá sido atendido. Em segundo lugar, como está a agenda e o que será discutido? E, dessa discussão, o que resultou de termos concretos para a gente salvar a vida no planeta?

E internamente, senador? A gente não ouviu a maioria dos ministros no Brasil falando sobre Rio+20.

Parece que é um assunto em segredo de Estado.

O que acontece? Por que não “pegou” entre os ministros?

Porque não deve estar havendo interesse de que isso “pegue”.

Como assim?

As pessoas não comentam porque não querem discutir temas incômodos.

É um boicote?

É. Por isso confio muito na participação da sociedade planetária. A sociedade civil puxando isso. Pressionando. Porque essa não é uma visão catastrofista, e, sim, realista. Estamos caminhando celeremente a um cataclismo que vai deixar o planeta inabitável.

De onde veio o seu interesse por esse assunto?

A Rio+20 nasceu de um requerimento meu, que apresentei aqui no Senado em 2007, para que o Brasil sediasse a conferência Rio+20. O pessoal fala que é 20 anos depois da de 92, mas eu estava falando de 20 anos adiante. Mas serve também: uma reunião realizada 20 anos depois, para lançar uma visão 20 anos adiante. Outra razão foi porque em 2012 o Protocolo de Kyoto perderia a sua vigência, e pela necessidade de substituí-lo por um mecanismo mais avançado, mais ousado. A vigência seria perdida agora (*na Conferência das Partes*),

em Durban, se não fossem os esforços da delegação brasileira, do embaixador Luiz Alberto Figueiredo e da ministra Izabella Teixeira, que, na última hora, conseguiram dar uma sobrevida a Kyoto. Senão, hoje não teríamos nenhum marco regulatório que balizasse as ações.

E quanto à Rio 92?

Eu sempre me interessei muito por essa questão ambiental, seja pelo meu pai, seja pela educação que recebi. Eu tinha 9 anos quando meu pai me chamou e disse: “Eu comprei um sítio, queria que você fosse lá comigo”. Um sítio perto de Itaipava, na Região Serrana do Rio. Chegamos lá o motorista, ele e eu. Havia um enorme viveiro, com diâmetro talvez maior que o desta sala. O viveiro estava cheio de pássaros, eram passarinhos, papagaios, araras. Ele me chamou para entrar. Aí eu falei: “Pai, o senhor deixou a porta aberta”. Ele respondeu: “É para deixar aberta, vamos pôr os passarinhos pra voar!” Eu me lembro dessa imagem dele, feliz de ver os passarinhos saindo. Ele chegou para o caseiro e falou: “Agora quero que coloque isso abaixo, semana que vem não quero mais ver isso aqui”. Ele sempre fazia muita questão da água, da energia, me alertando. Interessante. “Fernando, não desperdice.” Até a alimentação: “Não coloque nada no prato além do que vai comer”. Então tudo isso tinha a ver com vida saudável, bem-estar e uma vida harmonizada com a natureza.

Da mesma forma, minha mãe e minha avó tinham a questão da disciplina, da limpeza, de não desperdiçar, de fazer tudo com a menor utilização de sabão. Eu me lembro que a minha mãe não gostava de sabão em pó porque dizia que tinha muita coisa química. Às vezes eu via a lavadeira reclamando que tinha de lavar com sabão de coco porque a dona Leda não queria o outro. Quebrar um galho de árvore ou escrever com canivete (*no tronco*), isso nem pensar! Colher uma flor do jardim dava uma confusão inominável...

Enfim, todo mundo tem de se juntar – não tem agora os Brics, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul? –, quem sabe esses Brics não possam se reunir na conferência, e tirar um plano que sirva de case para o restante do mundo, de um modelo que seja sustentável? Dizem que temos de discutir os três pilares: o ambiental, o econômico e o social. Mas no momento em que o pilar ambiental está inteiramente erodido, e todos dependem dele, como você vai discutir os outros dois?

Até porque os outros dois se inserem no ambiental.

Claro. Aí que vem a questão do modelo, ter um novo modelo eco-

(Internamente, no governo) não há interesse de que a Rio+20 'pegue'

nômico, ou, melhor dizendo, de desenvolvimento, de prosperidade, de progresso, o nome que se queira dar. A partir daí, verificar como evitar essa progressão das mudanças climáticas. Aí, sim, isso atingido, vamos fazer inclusão social. Não adianta querermos incluir socialmente uma população sem isso... podemos até inclui-las socialmente, como aqui no Brasil foi feito. Trinta milhões de pessoas ascenderam ao nível de consumo, têm seu liquidificador, seu carrinho. Mas ao mesmo tempo não têm saneamento básico, fornecimento de água potável garantido, energia eficiente, escolas, posto de saúde. Essa coisa de medir o PIB somente pela questão econômica é errada. O Butão mede a felicidade. O bem-estar da população deve ser considerado.

Qual é o seu papel, a sua função na Rio+20?

Eu sou membro da Comissão Nacional para a Rio+20. Dessa comissão fazem parte 100 a 150 pessoas. Eu sou um dos integrantes, só.

E o objetivo da comissão qual é?

O objetivo é oferecer sugestões da sociedade civil, do governo e do mundo acadêmico e empresarial, para elaborar uma proposta brasileira a ser encaminhada às Nações Unidas. Aí, você vê, serão nove temas para serem discutidos em três dias: segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; economia do desenvolvimento sustentável; padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; desemprego, trabalho decente e migrações; energia sustentável para todos; água e oceanos.

É muita coisa.

Ça va sans dire (não precisa nem dizer).

Com que tipo de experiência acumulada na Rio 92 o senhor pode contribuir?

Muito pouco, porque se eu estivesse em uma posição de coordenação do evento... mas hoje estou do outro lado do balcão. A única coisa que posso fazer é arregimentar as pessoas lá fora, aqui dentro, os jovens.

O senhor falou em não retrocesso. Na sua opinião, o que não é admissível em termos de retrocesso ambiental por parte do Brasil? A mudança no Código Florestal não é um exemplo disso?

O melhor projeto para um governo é aquele que tenha o apoio do Congresso. Você pode ter um projeto fantástico, mas, se não for viabilizado pela casa do Legislativo, não vale nada. O Código Florestal tem problemas? Tem. Tem pontos preocupantes que nós esperamos que venham a ser vetados pela presidenta.

O senhor votou a favor ou contra a mudança no Código?

Votei contra no Senado (*o substitutivo foi aprovado por 59 votos a 7*). E agora, na Câmara, o pessoal me pergunta o que acho da luta ambientalistas vs. ruralistas. Esta é uma visão equivocada: quem está brigando na Câmara não são eles. O embate é apenas uma cortina de fumaça. Essa é a forma pela qual estão vendendo o porquê de não colocarem em votação o Código. O que está em jogo, e necessitando

ali para resolver a questão do Código, é uma articulação política. Só. Tão simples como isso. Se não for votado até a Rio+20, aí, sim, há possibilidade de haver um tremendo retrocesso, de ser transfigurado.

O Brasil tem muito a demonstrar, mas temos de trabalhar mais, reduzir ainda mais essas queimadas na Amazônia. E, para acabar com isso, depende de decisão política do governo, que, com instrumentos, coloca lá o pessoal aparelhado, vigilância. Isso é uma coisa relativamente fácil se comparado com o esforço que tem de fazer um país como os EUA, que, para reduzir a emissão de carbono em 0,2% ao ano, tem de fazer um esforço descomunal, pois é a locomotiva do mundo, não pode parar, não pode parar, não pode parar... Esse é o grande contrassenso do PIB. As bombas que foram jogadas no Iraque, na Líbia...

...fazem aumentar o PIB.

Por isso, o que vejo na Rio+20 são todos trocando informações, cientes do seguinte: “Estamos aqui encapsulados, o que vamos fazer para nos salvar?”

E como é que traz essa constatação para o nível efetivo da implementação política?

Com liderança. Com líderes que tomem a frente. Vanguarda. Não podemos ficar nesse ramerrão. Os líderes são importantes, porque eles é que assumem o compromisso político.

E isso se coaduna com a política? Esses assuntos trazem dividendos políticos, em termos de fortalecimento das lideranças?

Depende, quem defende ideias como essas não tem muita simpatia por parte dos ruralistas. E não se trata aí de tirar dividendos políticos em uma questão tão grave.

Mas política não é necessariamente ruim, falo em fortalecimento político para se conseguir atingir bons objetivos.

Digo que não pode haver uma motivação político-eleitoreira na defesa desses temas. Claro que tudo é política. Tem que se pensar na elaboração de políticas públicas que venham a atender essa urgência-urgentíssima que são os efeitos que estão causando sobre o planeta as mudanças climáticas que estamos sentindo no nosso dia a dia. Esse é o primeiro passo. Aí tem que rediscutir o modelo, que já está dando provas sobejas de que é insustentável.

A corrupção é apontada como o grande mal do Brasil. O senhor não acha que ela põe por terra qualquer esforço na linha da sustentabilidade?

A corrupção não somente mina todos os esforços da sustentabilidade, mas antes disso – por exemplo, nós vimos na saúde (*nas últimas denúncias sobre licitações no Rio*) – ela afeta o presente. As pessoas estão morrendo pela corrupção que há no sistema de saúde pública no País. É algo inaceitável. Isso atinge o cidadão de chofre.

Querida finalizar com uma pergunta que me interessa até mais como cidadã. Do que o senhor mais se arrependeu e mais se orgulhou no seu mandato como presidente da República?

Ah, não, isso está fora da questão ambiental. Isso está fora. ☐

A hora é **agora**

A percepção de que a questão ambiental está no cerne da crise do capitalismo e o levantar de vozes do *mainstream* em favor de um novo sistema econômico tornam o momento mais do que propício para avançar a agenda da prosperidade sem crescimento

POR FLAVIA PARDINI FOTOS LUCAS CRUZ

“**H**á sinais tentadores de boas notícias”, anunciou há algumas semanas a revista *The Economist*, templo do capitalismo-*as-usual*, citando mais empregos e consumo nos EUA, a recessão mais suave do que a esperada na Europa, o desenrolar sem obstáculos do default da Grécia e, claro, a volta das altas nos mercados financeiros. Tudo parece como dantes no quartel de Abrantes. Mas, pergunte a alguns observadores privilegiados, e eles dirão o contrário – até aí, nada de novo para quem segue o pensamento dos economistas ecológicos (*histórico da cobertura de PÁGINA22 sobre o assunto à pág. 29*). A novidade é que desta vez são integrantes do *mainstream* econômico a apontar que a crise do capitalismo iniciada com o estouro da bolha financeira em 2008 não chegou ao final. E que mais crescimento, mesmo que “verde”, não dará conta do problema.

O fato de que gente como o economista e ex-diretor do Banco Central, André Lara Resende, o ministro alemão das finanças, Wolfgang Schäuble, e o guru corporativo de Harvard, Michael Porter, começa a alertar para a necessidade de um novo modelo que leve em conta os limites físicos do planeta indica que, se jamais houve momento propício para fazer avançar tal agenda, ele é agora.

“A crise atual reflete com fantástica precisão a crítica dos verdes”, diz Michael Jacobs, ex-assessor especial do ex-primeiro-ministro britânico Gordon Brown e professor visitante da University College London. “Este deveria ser o momento verde.” Dados mostram que a crise ambiental está finalmente afetando a economia real (*quadro à pág. 27*) e, por consequência, as dinâmicas sociais, com crescente insatisfação culminando em movimentos populares como o Occupy Wall Street.

Mas, enquanto o discurso de “crescimento verde” ganha espaço – por exemplo na agenda da Rio+20 –, os defensores de um modelo para a prosperidade sem crescimento permanecem quase que invisíveis no debate sobre as soluções para a crise do capitalismo. “Temos

que clarificar essa agenda e torná-la mais concreta e específica”, disse a PÁGINA22 o economista Peter Victor, autor do livro *Managing Without Growth*. “E temos que melhorar os esforços em fazer circular nossas ideias dentro e para além da comunidade acadêmica.” Victor e o economista britânico Tim Jackson trabalham no momento em um modelo que indique como a economia global pode fazer a transição para um novo paradigma, sem crescimento.

NOVOS ARAUTOS

As evidências e a lógica o convenceram da necessidade de limites ao crescimento para evitar uma catástrofe ambiental, disse o economista André Lara Resende a PÁGINA22. “Como não é mais possível negar os fatos, desconsiderar a questão é uma pura aposta na evolução tecnológica. Como a tecnologia, desde a Revolução Industrial, tem feito progressos absolutamente extraordinários, fomos levados a acreditar que ela será capaz de tudo resolver. Pode ser, mas no caso dos limites do planeta, perder a aposta tem consequências graves demais.”

A aposta a que Lara Resende se refere é a de que, usando a tecnologia, é possível criar infraestrutura e empregos “verdes” – com reduzido impacto ambiental – e continuar crescendo. O problema é que os ganhos de eficiência em geral são menores do que o aumento no volume total de atividade econômica – uma vez que o foco continua no crescimento – e, portanto, o impacto ambiental não diminui.

Em janeiro, Lara Resende publicou no jornal *Valor Econômico* o artigo “Os Novos Limites do Possível”, em que cita o livro *The Great Disruption*, do australiano Paul Gilding, como obrigatório para compreender por que o remédio keynesiano – aumentar os gastos públicos para voltar a crescer – pode ter deixado de fazer sentido diante dos limites físicos do planeta. “Peço uma trégua na impaciência dos que são imediatamente tomados de um misto de tédio e irritação ao pressentir a possibilidade de se defrontarem com mais uma catilina

Não se podem mais negar os fatos, é preciso considerar limites ao crescimento, admite Lara Resende

sobre a defesa do meio ambiente”, escreveu, antes de argumentar em favor de “novos horizontes”. [1]

Mais do que tédio e irritação, muita gente rejeita intransigentemente as evidências científicas que justificam a busca de novos modos de operar, porque tal busca significa o “reordenamento radical dos sistemas econômicos”, como diz a jornalista e autora canadense Naomi Klein.

“A abundância de pesquisas científicas mostrando que estamos testando os limites da natureza não demanda apenas produtos verdes e soluções de mercado”, escreveu ela no artigo “Climate vs. Capitalism”, publicado na revista *The Nation* em novembro [2]. “Demanda um novo paradigma civilizatório, fundado não no domínio sobre a natureza, mas no respeito pelos ciclos naturais de renovação – e sensível aos limites naturais, incluindo os limites da inteligência humana.” A necessidade de um novo paradigma civilizatório, apesar de soar grandiloquente, é pertinente, concorda Lara Resende.

Naomi reforça que o atual momento de crise do capitalismo-*as-usual* é oportunidade única para tomar “terreno econômico” na busca de um sistema mais inteligente. Ela defende que – assim como os conservadores americanos adotaram a rejeição às mudanças climáticas como elemento central de sua identidade – as forças progressistas coloquem a realidade científica em relação ao clima no cerne de uma narrativa coerente sobre a necessidade de alternativas reais ao modelo de livre mercado que alimenta a cobiça ilimitada.

O recado de Klein é endereçado a “ambientalistas profissionais”, aqueles “que pintam um quadro de Armageddon devido ao aquecimento global, e depois nos garantem que podemos evitar a catástrofe ao comprar produtos ‘verdes’ e criar mercados para a poluição”.

NEM TANTO AO CÉU...

Em vez disso, Naomi Klein quer regular o setor corporativo para que as sociedades tenham espaço para voltar a planejar com o interesse coletivo em mente e desenvolver economias locais mais fortes, livres do culto ao consumismo. Embora muita gente rejeite de cara os argumentos de Naomi apontando um viés ideológico, o discurso em prol de mudanças – muito menos radicais, claro – pode ser ouvido também no centro do mundo corporativo.

Um novo adepto é Michael Porter, professor de Harvard cujas ideias sobre estratégia corporativa e competitividade são ensinadas nas escolas de negócio mundo afora. Há um ano, Porter publicou artigo na revista *Harvard Business Review* em que prega que as corporações optem pela estratégia de “criar valor compartilhado” – gerando valor econômico que, por sua vez, cria valor para a sociedade [3].

“Não se trata de fazer coisas na periferia, apoiar causas sociais, fazer doações filantrópicas ou projetos de voluntariado nas margens do negócio”, disse em entrevista à BBC. “Trata-se de reexaminar o negócio em si da perspectiva de gerar lucro de uma maneira que realmente atenda a necessidades sociais.” Ou seja, repensar produtos, serviços e processos. Nada do que o guru advoga é novidade – a raridade é ouvir alguém com o tamanho da influência de Porter no *mainstream* falando sobre a necessidade de mudança.

Enquanto o ativismo de Porter é bem-vindo, a mudança que ele apregoa é uma que tira as corporações da posição de apenas administrar sua conformidade com as regras para uma em que tentam criar benefícios para a sociedade. Não questiona a centralidade do consumo e a pegada expansionista da economia globalizada nem

[1] Acesse em: valor.com.br/cultura/2491926/os-novos-limites-do-possivel

[2] Acesse em: thenation.com/article/164497/capitalism-vs-climate [3] Acesse em: hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value

O quanto antes se caminhar para a economia *steady-state*, menos conflito haverá, diz Herman Daly

nos livra do dilema de “quebrar o sistema econômico ou arrasar com o planeta”.

A solução para tal dilema continua elusiva – especialmente porque, com a crise do capitalismo em curso, é possível ver a privação que decorre do baixo ritmo de crescimento em sociedades viciadas em crescer. Dificilmente, diz Peter Victor, haverá consenso sobre um único modelo para fazer a transição para um novo paradigma. “As economias são estruturadas de maneira diferente e estão em diversos estágios de desenvolvimento, então haverá uma variedade de caminhos de transição”, afirma, acrescentando que é preciso que haja um “debate sadio” sobre tais caminhos. Sem dúvida, o debate será mais sadio se as partes reconhecerem a necessidade de mudar.

Embora o remédio para a crise, por parte dos governos, ainda seja mais crescimento – o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, exorta a China crescer mais do que a meta de “apenas” 7,5% este ano –, há quem quebre fileiras. O ministro alemão das Finanças, o democrata-cristão Wolfgang Schäube, por exemplo, escreveu em artigo para uma publicação cristã em dezembro que as economias ocidentais chegaram a um ponto de saturação e defendeu limites ao crescimento.

CENSORES OU PROVIDORES?

Para Michael Jacobs, da University College London, entretanto, é justamente a mensagem de crescimento zero e abandono do consumo que dificulta que os “verdes” – e seus apoiadores no *mainstream* – aproveitem o momento que se abre com a crise do capitalismo. Jacobs defende que, em vez de crescimento zero, a agenda de mudança seja centrada em limites aos impactos ambientais decorrentes da atividade econômica. O resultado, segundo ele, será crescimento bem menor, mas talvez não zero. Além disso, ele contesta a caracterização do consumo material como “uma coisa terrível”. “Consu-

[4] Acesse em: ucl.ac.uk/public-policy/Past_events/the_green_moment

mir faz a maioria das pessoas feliz, não a longo prazo e não sem que haja saúde, satisfação no trabalho, família e relacionamentos.” [4]

A mensagem de Jacobs é que a postura dos “verdes” tem consequências políticas. “Muito frequentemente eles são vistos como se estivessem censurando os trabalhadores por seus padrões de consumo e dizendo a eles que deveriam ganhar e consumir menos em uma economia que não cresce”, disse. A caracterização não é verdadeira, mas resulta uma impressão infeliz, afirma.

Ao contrário, os economistas ecológicos preocupam-se justamente com o bem-estar real das gerações presentes e das que virão. Mas é inevitável que a transição para um novo paradigma venha acompanhada de algum conflito e privação, disse a PÁGINA22 o economista americano Herman Daly, que defende a ideia de economias em *steady-state* desde os anos 70. “O quanto antes começarmos a caminhar na direção do *steady-state*, menos conflito haverá.”

A base de pesquisas sobre como proceder com a transição da economia sem causar caos social é escassa e precisa ser reforçada urgentemente, opina Peter Victor. Ele aponta, entretanto, várias dimensões de mudança com potencial para melhorar o bem-estar social e individual e reduzir os impactos ambientais. Entre elas, a distribuição mais equitativa de renda e riqueza, novos padrões de propriedade, um equilíbrio melhor entre tempo de trabalho e de lazer, um sistema financeiro reestruturado que sirva a economia real em vez de dominá-la, comunidades e economias locais mais fortes, a mudança para fontes renováveis de energia.

MERCADOS, PARA QUE TÊ-LOS?

Nem Daly nem Victor acreditam que seja necessário abdicar dos mercados como ferramenta para a alocação eficiente de bens privados, mas defendem que é chave regular o sistema financeiro. “Mudar para um sistema com 100% de reservas bancárias [em que o dinheiro

A crise ambiental é uma crise do capitalismo

A crise ambiental não pode ser mais considerada meramente uma crise de ecossistemas ou de valores humanos, defendeu Michael Jacobs, em recente conferência em Londres. A escassez de energia, alimento, água, terra arável, pescado e commodities, aliada aos impactos da mudança climática, acidificação dos oceanos e perda de habitats, resulta em *feedback* de custos que afetam a capacidade da economia global de continuar crescendo.

A economia trata problemas ambientais como externalidades – custos que não são arcados por produtores nem por consumidores, mas por terceiras partes. Na esfera macroeconômica, as externalidades foram historicamente impostas a partes periféricas, evitando-se efeitos nos preços no centro da economia. “Destruímos florestas há mais de 50 anos, com consequências terríveis para seus habitantes e a biodiversidade”, exemplificou Jacobs. “Mas, porque as florestas eram abundantes, isso não alterou o preço da madeira.”

Mas é possível detectar nos dados dos últimos dez anos uma alta consistente e persistente nos preços de energia, alimentos e commodities. O custo dos alimentos voltou aos níveis de antes da crise financeira iniciada em 2008 e o barril de petróleo estabilizou-se acima dos US\$ 100. A queda de 70% de um índice de 33 commodities – compilado pela empresa de *asset management* GMO –, registrada de 1900 até 2002, foi apagada desde então. “Estatisticamente, uma reversão tão extraordinária de preços torna impossível que isso seja apenas uma irregularidade passageira que será revertida a tempo”, disse Jacobs. “Trata-se de escassez de recursos bem no coração das economias centrais.”

O motivo mais forte por trás da escassez, segundo ele, é o crescimento acelerado da gigantesca economia chinesa. E aí entra o *feedback*: a alta dos preços desacelera a economia chinesa, que por sua vez desacelera o resto da economia. “A crise ambiental não é mais uma crise de excesso de poluição, mas de oferta e demanda inadequada de recursos, da inabilidade do meio ambiente global, sob as condições econômicas atuais, de fornecer energia e alimento suficientes para suprir a demanda a preços estáveis.”

depositado pelos correntistas não é emprestado] é uma boa ideia”, diz Daly. “Por que os bancos privados podem viver o sonho dos alquimistas de criar dinheiro do nada e emprestar a juros? Por que a base monetária, que serve ao público, deve ser um subproduto de empréstimos comerciais? Por que o público deve pagar juros aos bancos para que circulem dinheiro quando o governo pode fazer isso sem custo?”

Sem regulação e monitoramento, o sistema financeiro levará a novas crises, acredita Randall Wray, economista-sênior do Jerome Levy Economics Institute, do Bard College, de Nova York. No auge da última bolha, ele calcula, o setor financeiro americano capturou 40% dos lucros do setor corporativo e cerca de um quinto de todo

o valor adicionado ao PIB. Capturou também o governo, com vários egressos de Wall Street ocupando postos de comando nas últimas três administrações americanas [5].

A desregulamentação e o inchaço do setor financeiro caracterizam o que Wray chama de *money manager capitalism*, ou o capitalismo dominado por gestores de recursos extremamente alavancados que vasculham o globo em busca dos máximos retornos. Adeptos do risco excessivo, impõem ao setor corporativo a busca incessante por resultados de curtíssimo prazo, alimentando mais produção, mais consumo e crises sucessivas. Enquanto eles, os *money managers*, colhem boa parte dos benefícios dessa ciranda, a grande maioria arca com os custos econômicos e ambientais. ■

[5] Acesse em: levyinstitute.org/pubs/wp_661.pdf

LEIA A ENTREVISTA FEITA POR E-MAIL COM ANDRÉ LARA RESENDE, NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM, EM FGV.BR/CES/PAGINA22

De que economia estamos falando?

Vertentes que (ainda) não constam do dicionário indicam a busca de alternativas ao sistema econômico tradicional ou de novas formas de guiá-lo

POR THAÍS HERRERO

De escala, de guerra, de mercado, dirigida, doméstica, fechada, invisível, popular e mais outros nove termos caracterizam a palavra economia no dicionário *Houaiss*. A ciência “que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar”, segundo o *Houaiss*, tem ainda outras vertentes que (ainda) não aparecem em dicionários.

Essa variedade representa a busca de alternativas ao sistema econômico tradicional ou de novas formas de guiá-lo. Uma indicação de que nem só de trocas financeiras vivem as economias pelo mundo. A seguir, um glossário com mais alguns termos econômicos (ou seriam mais sociais?) que despontam por aí, relacionados ao desenvolvimento sustentável e que serão cada vez mais recorrentes nestes tempos de Rio+20.

ECONOMIA VERDE

Possivelmente, é o verbete mais polêmico do nosso glossário, porque ainda não tem uma definição precisa e clara, está passível de críticas e ressalvas. É um elemento no caminho rumo ao Desenvolvimento Sustentável e trata de processos que revertem tendências insustentáveis atuais, tanto sociais quanto ambientais. Segundo

definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Economia Verde é aquela que promove a melhoria do bem-estar humano e da igualdade, e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos ambientais. As três características principais das atividades dessa economia são: reduzir a emissão de carbono, ser eficiente no uso de recursos naturais e ser socialmente inclusiva.

Um dos termos centrais da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, recebe duras críticas de diversos atores da sociedade civil. Há muita desconfiança de que uma espécie de “manto verde” seja usado por segmentos do mercado para encobrir a falência do modelo de economia em curso e, assim, dar sobrevida a um sistema de exploração e injustiças. Alguns especialistas ressaltam que a economia verde é aquela que precisa levar em conta os limites ecossistêmicos do planeta, resgatando conceitos da chamada Economia Ecológica.

ECONOMIA ECOLÓGICA

Embora o termo ainda esteja em construção, a Economia Ecológica busca a integração entre as disciplinas da economia e da ecologia, e as demais disciplinas correlacionadas, para uma análise integrada dos dois

sistemas. Sua origem data do fim dos anos 60 e início dos 70, quando o crescimento do movimento ambientalista e o choque do petróleo fizeram dos recursos naturais, da energia e do ambiente em geral um tema de importância econômica, social e política. A Economia Ecológica trouxe para a superfície a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, apontando para um conflito entre crescimento econômico e conservação dos recursos ambientais.

A Economia Ecológica funda-se, assim, no princípio de que o funcionamento do sistema econômico deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e a matéria-prima para o próprio funcionamento da economia.

ECONOMIA CRIATIVA

“Novas ideias, não dinheiro ou máquinas, são as fontes de sucesso hoje, e a grande fonte de satisfação pessoal também”, escreveu John Howkins, autor do livro *The Creative Economy* – publicado em 2001 e um marco no conceito (mais em Entrevista à pág. 44). A Economia Criativa trata dos setores culturais, de lazer, moda, arquitetura, *design*, propaganda e tecnologias de informação – como a criação de softwares e games –, que formam as “indústrias criativas”.

Essa economia envolve tanto o que se produz nas indústrias criativas quanto seu impacto nos setores tradicionais, por exemplo como a moda influencia a indústria têxtil ou a arquitetura, a construção civil. O conceito deu origem a outro termo, “cidades criativas”, aquelas em que esses setores ganham autonomia, transformando-se no principal vetor de desenvolvimento cultural e social de uma comunidade – segundo o Ministério da Cultura.

ECONOMIA ESTACIONÁRIA (STEADY-STATE)

É um estágio previsto para países já desenvolvidos, chamado “prosperidade sem crescimento”. A sociedade continua melhorando sua qualidade de vida sem aumentar os índices de econômicos, como de consumo e produção. Isso diminuiria a pressão sobre os ecossistemas e recursos naturais, dando fôlego para que outras nações se desenvolvam e atinjam o mesmo estado de prosperidade. Peter Victor, entrevistado por PÁGINA22 na edição 59, estudou esse modelo para o Canadá. A economia pararia de crescer, as pessoas trabalhariam menos horas e consumiriam menos por *status*, valorizando mais os vínculos sociais. O resultado

Vale a pena ler de novo

Não é de hoje que nos debruçamos sobre as contradições entre o modelo econômico vigente e a sustentabilidade – objeto de mais esta reportagem de capa. A necessidade de buscar reformas profundas que levem à qualidade do desenvolvimento é a bandeira perseguida incansavelmente por PÁGINA22, desde a origem da publicação. Entre vasto material, destacamos abaixo algumas reportagens, entrevistas e artigos publicados nos últimos anos que desfiem a evolução desse pensamento, enquanto o desenrolar dos fatos nos mostra o quanto esses alertas eram e ainda são importantes. POR AMÁLIA SAFATLE



Edição 19 Finanças – a parte que falta no debate da sustentabilidade

- A reportagem “As partes e o todo”, publicada em maio de 2008, poucos meses antes que a crise eclodisse, mostra como o sistema financeiro precisa fazer parte das soluções para a sustentabilidade
- O artigo “Repensar para transformar” resgata a Lei da Termodinâmica para alertar que é hora de a economia levar em conta a irreversibilidade dos processos produtivos. Só reciclar, por exemplo, não basta.



Edição 25 Reload

- Simon Zadek, na entrevista “Em defesa do longo prazo”, afirma que no cerne da crise do sistema financeiro está a mesma visão de curto prazo que impede as empresas de adotar estratégias e práticas de sustentabilidade.
- A reflexão “Agora ou mais tarde” já antecipava: se a solução para a crise desatar apenas o nó financeiro e ignorar a situação socioambiental, sofrerão todo o sistema global e suas perspectivas de futuro.



Edição 31 O mundo em crise pede um novo capitalismo

- O economista ecológico Philip Lawn, em “Design, e não desastre”, afirma que é possível criar uma nova economia dentro do sistema capitalista democrático para que as sociedades humanas vivam de acordo com os limites biofísicos.
- A reportagem “As voltas que o mundo dá” se debruça sobre o “vício” do crescimento econômico denunciado por Tim Jackson e prospecta as reformas pelas quais o sistema capitalista precisa passar. ➔

é pleno emprego, distribuição de renda, equilíbrio fiscal e redução nas emissões de carbono.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme definição do Ministério do Trabalho e Emprego (que possui uma secretaria especializada no assunto), são atividades que se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e consideram o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Assim, a Economia Solidária é a do cooperativismo, que visa inclusão social e compartilhamento dos resultados alcançados pelos participantes e pela comunidade local.

Além de associações e cooperativas, são, por exemplo, empresas autogestadas, grupos de produção ou clubes de trocas que produzam serviços e bens de consumo consciente. Nessa área, os participantes exercem a autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas, da direção e coordenação das ações. Tudo isso, de forma independente, ainda que recebam ajudas externas financeiras ou de capacitação.

MOEDA SOCIAL

Especialista nesse setor, Heloísa Primavera define, em entrevista de vídeo a PÁGINA22 (veja no canal no site), como a moeda “contrária” ao dinheiro oficial, e considera “a moeda dos bancos, do sistema financeiro e concentradora da riqueza em poucas mãos, profundamente antissocial”. Sua criação se inspira nos conceitos da economia solidária de articulação e trocas da economia, na produção e comercialização de produtos que vão além da lógica capitalista de acumulação e apropriação.

É considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinado a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. Exemplo clássico é o do Banco Palmas, em Fortaleza, que criou a moeda “palma” e incentiva o microcrédito. Mas há também o caso do Time Bank, que proporciona a negociação de favores entre as pessoas (leia o Estalo da edição 56: “Trocas no tempo”).

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O termo foi cunhado por Bill Drayton, fundador da Ashoka, ao perceber a existência de indivíduos que combinam pragmatismo, compromisso com resultados, visão de futuro e criatividade para realizar profundas transformações sociais. Difere do empreendedorismo tradicional, pois tenta maximizar retornos sociais no lugar de maximizar o lucro.

Um dos desdobramentos dessa visão foi o florescimento dos chamados negócios sociais ou inclusivos. Segundo a Artemisia, organização brasileira de negócios sociais, produtos ou serviços de empreendedores sociais devem ser

capazes de sustentar financeiramente a empresa ao mesmo tempo que contribuem para desenvolver uma região, cidade ou comunidade, melhorando a qualidade de vida da população e incluindo a população marginalizada na cadeia de valor de produção. Também devem apresentar inovações aos modelos de negócio tradicionais. [\[2\]](#)



Edição 45 A política por construir

■ Em pleno período pré-eleições presidenciais, a reportagem “O fermento impossível!” capta a euforia do crescimento econômico usada como moeda política, em detrimento da qualidade do desenvolvimento.

■ André Lara Resende e José Eli da Veiga debatem, em vídeo, a “Sustentabilidade sob o olhar dos economistas”.



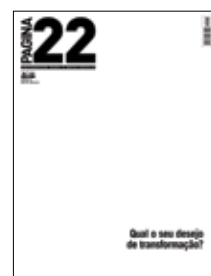
Edição 55 Um novo olhar sobre velhos consensos

■ Em edição que se dispôs a questionar ideias-prontas da sustentabilidade, a reportagem “Efeito cilada” demonstra como a eficiência energética, sozinha, não resolve o problema e não pode tirar o consumo – este, sim, elemento crucial – do centro do debate.



Edição 57 Rio+20 – O caminho das pedras

■ José Eli da Veiga, na entrevista “A questão é macro”, frisa que, quando se fala de economia verde, a reforma necessária precisa ser estrutural e chegar no coração do modelo macroeconômico sobre o qual o capitalismo moderno foi construído. Enquanto tratada no campo da microeconomia, não passará de “história de carochinha”.



Edição 59 Qual o seu desejo de transformação?

■ Peter Victor fala sobre o modelo de “prosperidade sem crescimento” que desenvolveu para o Canadá, na entrevista “Amadurecendo economias”. Os resultados, ao contrário do que reza a cartilha econômica convencional, são positivos.

Fazer mais com menos | Não parece realista apostar fundamentalmente nas inovações tecnológicas subentendidas na expressão “economia verde” para compatibilizar o tamanho do sistema econômico com os limites ecossistêmicos

POR RICARDO ABRAMOVAY*

São robustas as evidências empíricas do trabalho que coloca em dúvida a universalidade da tese central da economia ecológica contemporânea. O leitor de PÁGINA22 está familiarizado com os nomes de Herman Daly, Peter Victor e Tim Jackson (*mais à pág. 26*), cujas pesquisas mostram que, apesar da redução no consumo de energia e materiais, relativamente a cada unidade de valor levada ao mercado, o aumento da produção é de tal magnitude que contrabalança este ganho de eficiência e faz com que a pressão sobre os recursos não cesse de aumentar.

O resultado é que, em um mundo finito, o crescimento econômico terá de respeitar as fronteiras ecossistêmicas cuja ultrapassagem ameaça o conjunto da vida social. A menos que seja possível crescer usando quantidade cada vez menor de matéria, não apenas relativamente a cada unidade de valor produzida, mas em termos absolutos.

É exatamente isso que [Chris Goodall](#) [\[1\]](#), candidato do Partido Verde ao Parlamento britânico, encontrou, em um trabalho publicado ao final de 2011 [\[1\]](#). Entre 2000 e 2007 (portanto, antes da recessão de 2008), a economia britânica reduziu de forma considerável a base material dos bens e serviços por ela consumidos. As evidências referem-se a água, alimentos, materiais de construção, cimento, fertilizantes, combustíveis fósseis, papel e energia primária, que teve seu pico de uso em 2001, caindo a partir daí.

É verdade que as informações de Goodall cobrem menos de uma década e, como ele próprio reconhece, tem limites importantes. O trabalho não fala das emissões de gases de efeito estufa, por exemplo. Além disso, não calcula os materiais usados naquilo que os britânicos importam. De qualquer maneira, é a primeira vez que se constata empiricamente



o desligamento (*decoupling*) entre a oferta de bens e serviços e o consumo de materiais. (*mais sobre decoupling em “Rio + 20 + mudança social”, edição 56*)

Goodall não discute as razões que conduzem a esse inédito descasamento, mas propõe a hipótese de que o crescimento econômico não é necessariamente incompatível com a sustentabilidade. Mais que isso: talvez o crescimento econômico até ajude a reduzir os danos ambientais, pela inovação que propicia.

Essa conclusão otimista (exposta discretamente e de maneira especulativa ao final do texto de Goodall) precisa ser recebida com um grão de sal, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, a redução no uso de recursos não decorreu

espontaneamente do crescimento econômico, mas foi influenciada por políticas públicas e privadas. No caso, por exemplo, dos automóveis, o que houve não foi a redução de materiais para produzi-los, mas um importante declínio absoluto em seu uso: obteve-se mais mobilidade com menos automóveis e não com automóveis mais eficientes. Além disso, o descasamento constatado por Goodall relaciona-se a mudanças no comportamento dos consumidores britânicos.

O desenvolvimento sustentável não significa estagnação econômica, e, sim, mudanças nos métodos produtivos e na própria utilidade daquilo que o sistema econômico oferece no sentido de maior

eficiência e bem-estar. Mudanças técnicas são fundamentais, mas elas se associam igualmente a alterações na cultura das famílias com relação ao consumo e na resposta que as firmas dão a estas alterações. O segundo alerta, no qual o próprio Goodall insiste, é que seus dados referem-se à economia britânica e talvez encontrem semelhança em alguns países europeus. Internacionalmente, entretanto, o quadro é bem diferente.

A consultoria KPMG acaba de publicar um relatório [\[2\]](#) mostrando o espantoso aumento absoluto no uso de recursos ecossistêmicos, apesar do descasamento relativo em termos globais. Em 2011, cada unidade do PIB mundial foi produzida com 23% a menos de emissões de gases de efeito estufa e 21% a menos de materiais que 20 anos antes. Nesse período, entretanto, a extração total de materiais da superfície terrestre aumentou 41% e as emissões de CO₂, 39%.

O contraste entre o declínio relativo e o aumento absoluto no uso de materiais, nas emissões, no uso de energia, mas também no de água e de fertilizantes, como mostra a KPMG, é tão grande que não parece realista apostar fundamentalmente nas inovações tecnológicas subentendidas na expressão “economia verde” – por maior que seja sua importância –, para compatibilizar o tamanho do sistema econômico com os limites ecossistêmicos.

Na Rio+20, construir um sistema global de cooperação científica e tecnológica voltado para a sustentabilidade não pode separar-se da governança dos limites além dos quais a oferta de bens e serviços compromete a própria qualidade da vida social. [\[3\]](#)

* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA, DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP, PESQUISADOR DO CNPq E COORDENADOR DE PROJETO TEMÁTICO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA FAPESP – TWITTER: @ABRAMOVAY


[1] Intitulado “Peak Stuff” – Did the UK reach a maximum use of material resources in the early part of the last decade?, acesse em bit.ly/uLZLds

[2] Entre em kpmg.com e busque: *Expect the Unexpected: Building business value in a changing world*

Na real

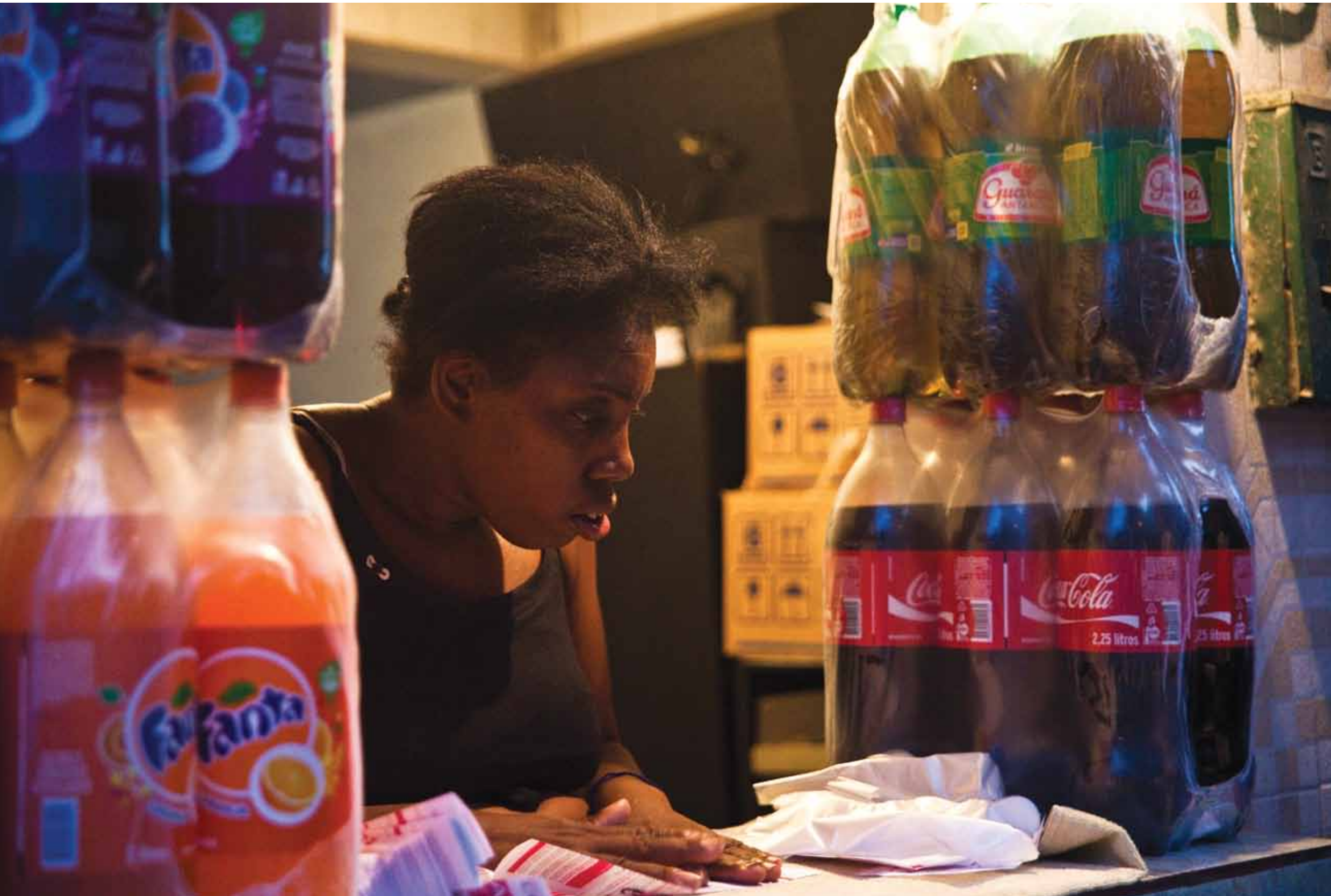
FOTOS IMAGENS DO POVO TEXTO AMÁLIA SAFATLE

No mundo que é de carne e osso, mas atingido pela ilusão das bolhas financeiras, a economia ao rés do chão segura-se onde e como pode. Estas imagens, pinçadas de um banco com cerca de 5 mil fotografias, foram produzidas a partir de uma iniciativa da Oscip Observatório de Favelas, do Rio de Janeiro, capitaneada pelo fotógrafo documentarista João Roberto Ripper. O Programa Imagens do Povo, criado por Ripper em 2004, é um centro de documentação, formação e divulgação da fotografia popular. Neste ano, foi iniciada mais uma turma da Escola de Fotógrafos Populares.

Os alunos, vindos das comunidades locais, são estimulados a aguçar um olhar crítico sobre seus territórios de origem, lançando luz sobre as histórias, a identidade e as práticas culturais locais. Comprometido com os direitos humanos, o programa procura combater as preconceções que associam as favelas à criminalidade e à violência. Para uma incursão – ainda que digital – pela vida como ela é, visite imagensdopovo.org.br. 



NALDINHO LOURENÇO



AF RODRIGUES



DAVI MARCOS

Fade in / Fade out

Para que a nova economia passe a dominar a cena, a velha – e insustentável – precisa se preparar para deixar o palco. A transição implica abandonar uma série de subsídios "perversos"

POR FÁBIO RODRIGUES ILUSTRAÇÕES LUÍS MOURÃO

Organização responsável pelo desenvolvimento de um indicador chamado Pegada Ecológica, que calcula o tamanho do impacto ambiental do consumo humano na forma da área necessária para produzir a quantidade de bens e serviços necessários

É ponto pacífico que precisamos fazer a humanidade caber no planeta que temos. Dados coletados pela **Global Footprint Network** indicam que, só para manter o patamar de consumo dos 7 bilhões de seres humanos, seria necessário ter mais meia Terra à disposição. Nas contas das Nações Unidas, contudo, se nada de mais grave acontecer, chegaremos a 8 bilhões em 2025 e a mais de 10 bilhões por volta de 2085 [1] e essa gente toda também vai precisar comer, beber, vestir e ter uma porção de outras necessidades materiais atendidas. Dá para ver que o tempo não está exatamente a nosso favor. Então, a não ser que alguém invente as astronaves da ficção científica para começarmos o quanto antes a colonização da galáxia, teremos de reinventar nossa economia de cima a baixo.

Para dar a guinada necessária dentro do prazo limitado que temos à disposição, vamos precisar pisar na tábua e nos desfazer o quanto antes de uma porção de segmentos econômicos ambientalmente perdulários para colocar em

seu lugar modelos inovadores. É disso que deve tratar o debate em torno da (goste-se ou não do termo) “economia verde”, que será uma das pautas da Rio+20.

AUTOMÓVEIS COMO SALVAÇÃO

Desenraizar a velha economia tem tudo para ser um trabalho digno de Hércules. Por razões diversas, várias indústrias problemáticas conseguiram ser tão centrais que mantê-las pujantes se tornou praticamente um exercício elementar de senso comum. Sob o argumento de fazer a economia continuar rodando sem engasgos, os governos – direta ou indiretamente – usam o dinheiro do contribuinte para subsidiar setores que mais têm atrapalhado do que ajudado no urgente processo de transição rumo à sustentabilidade.

Nesse sentido, é sintomático que tão logo tenha percebido as nuvens da crise financeira global de 2008 se acumulando no horizonte, o primeiro instinto do Palácio do Planalto tenha sido socorrer a indústria automobilística. Em novembro de 2008, o governo

[1] É possível acessar as projeções da ONU para o crescimento populacional em: 7billionactions.org/data





"O fim dos subsídios aos fósseis até atenuaria a crise global, pois fontes renováveis criam mais emprego"

zerou o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis 1.0 e cortou pela metade o imposto pago nas versões mais potentes. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Receita deixou de arrecadar R\$ 1,8 bilhão entre janeiro e junho de 2009 em razão da medida. Dinheiro que permaneceu nos bolsos das montadoras, que venderam 191 mil veículos a mais, graças ao desconto.

O tratamento especial não vem sem motivos. Segundo a edição mais recente do *Anuário da Indústria Automotiva Brasileira*, produzido pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o mercado automobilístico e de autopeças movimentou 5,2% do PIB em 2010 – pouco mais de R\$ 190 bilhões – e empregou 1,5 milhão de trabalhadores. Com números superlativos como estes, até os críticos mais contumazes do modelo admitem que ele precisa ser tratado com cuidado. “Essa indústria é uma parte muito importante da economia nacional e isso não vai mudar de uma hora para outra”, reconhece Maurício Broinizi, que, como coordenador da secretaria-executiva da Rede Nossa São Paulo, é uma das principais lideranças do **Dia Mundial Sem Carro** e um dos articuladores da Semana da Mobilidade.

Entretanto, dificilmente existe um símbolo mais bem-acabado de como os subsídios têm vindo na contramão da sustentabilidade do que os bilhões concedidos anualmente às energias fósseis. A edição 2011 do *World Energy Outlook*, publicação da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), estimou que o con-

sumo de combustíveis fósseis recebeu US\$ 409 bilhões dos governos durante 2010, uma alta de 36% sobre o ano anterior. Em comparação, as fontes renováveis receberam apenas US\$ 66 bilhões no mesmo período. Sem uma reforma no sistema, o relatório estima que os fósseis devem receber US\$ 660 bilhões por volta de 2020.

Para o físico e professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, José Goldemberg, esse valor pode ser ainda maior. Segundo ele, um relatório do Banco Mundial estimou a cifra em US\$ 600 bilhões ao ano. Autoridade mundialmente reconhecida no assunto, Goldemberg ressalta que a manutenção dos subsídios é uma barreira para o desenvolvimento de uma economia menos carbono-intensiva. “A eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis certamente melhoraria as condições de competitividade das energias renováveis”, pondera.

Os dados da IEA sustentam a afirmação. Entre 1971 e 2009, o avanço das fontes renováveis foi – para dizer delicadamente – decepcionante. Em 1971, as cinco maiores categorias de energia renovável (hidrelétrica, biocombustíveis, geotermal, solar e eólica) representavam 13,2% das fontes primárias. Em 2009, haviam avançado parcos 0,1%, chegando a 13,3% do total mundial. Nesse meio-tempo, os três principais fósseis (carvão, gás natural e petróleo) passaram de 85,9% para 80,9% – diferença que se deve ao avanço da energia nuclear.

De uns tempos para cá, os subsídios aos fósseis têm sido alvo de uma onda crescente de críticas. Em fevereiro, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama,

comprometeu-se a dar fim a “um século de subsídios” à indústria do petróleo. Goldemberg diz que a tendência de queda existe, mas alerta que ela não está vindo com a “velocidade desejada” e contesta a noção de que este seria um momento ruim para mexer no setor por causa da crise internacional: “A retirada dos subsídios dos fósseis até atenuaria a crise global, porque estimularia a produção de energias renováveis, que geram mais empregos”, especula.

A DISTORÇÃO VEM “DE FÁBRICA”

Os subsídios nem sempre chegam a um setor na forma de um cheque assinado pelo governo. Há modos menos evidentes – e potencialmente mais relevantes – de dar um empurrão em determinadas atividades. O líder da Estratégia de Infraestrutura da Iniciativa Amazônia Viva, da rede WWF, Pedro Bara, explica que existem distorções na própria montagem do sistema de geração de eletricidade brasileiro que criam benefícios para as hidrelétricas e poderiam ser vistos como subsídios. “Estar na **base do sistema** representa um subsídio grande porque, se em determinado mês eu não conseguir entregar toda a energia que deveria, alguém compensa isso por mim. É como se eu fizesse parte de um clube”, diz.

Bara explica que esse clube opera dentro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no qual um membro que não tenha conseguido produzir eletricidade o bastante para atender 100% de seus compromissos pode recorrer ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para “comprar” o excedente das outras participantes. “Enquanto o eólico e o solar têm de comprar no mercado livre, quem está na chamada base do sistema paga pelo preço de realocação de energia, que pode ser até 50% mais barato”, conta o ativista.

O sistema de transmissão de eletricidade também cria uma cota de incentivos para determinados projetos

de geração. Como funciona como um condomínio – no qual as contas são divididas igualmente –, a diferença de custo entre ter uma usina bem ao lado de grandes centros de consumo e outra no meio da Amazônia se torna invisível. “A atividade de transmissão, que há alguns anos era 7% do custo do sistema, hoje está em 11%, por causa das usinas na Amazônia”, diz Bara. “São subsídios estruturais que não aparecem com clareza”, completa.

A indústria automotiva também leva uma cota generosa de subsídios estruturais que Broinizi, da Rede Nossa São Paulo, estima que vão bem mais longe que qualquer diminuição temporária do IPI. “Todos os anos são investidos bilhões de reais em um sistema viário já colapsado, voltado para o automóvel, em detrimento de outros modais. Isso custa muito para o contribuinte”, avalia.

Em maio de 2011, o Ipea fez um esforço de medir em quanto estaríamos subsidiando o sistema de transporte individual em comparação com o transporte coletivo. A conclusão foi de que os automóveis recebem até 12 vezes mais dinheiro. Uma política que não apenas tem tornado o carro artificialmente mais barato como também contribuiu para que a tarifa do transporte público subisse 60% acima da inflação em dez anos.

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho é um dos pesquisadores que assinam esse estudo e conta que, durante os últimos 15 anos, a taxa de motorização do Brasil tem crescido anualmente cerca de 10%. “A capacidade das indústrias automobilísticas cresceu bastante por causa dos apoios governamentais recebidos na produção de carros de 1.000 cilindradas, que pagam menos impostos”, conta.

Mas é a política de uso do espaço urbano que materializa o maior incentivo ao transporte individual no Brasil. “Nos grandes corredores, 70% do espaço é ocupado por carros particulares, que transportam 20% dos passageiros, enquanto os veículos de transporte

■ A base do sistema é composta principalmente pelas usinas hidrelétricas, que são as responsáveis pelo grosso da energia firme consumida no País

■ O movimento que levou à criação do Dia Mundial Sem Carro começou na França em 1997 para conscientizar a população sobre o uso de uma matriz mais racional de mobilidade urbana. No Brasil, o evento se dá no dia 22 de setembro

coletivo, que levam 60% das pessoas, ficam com 20% a 25%. Uma minoria está se apropriando do espaço público”, descreve. Tudo isso sem pagar quase nada a mais. Só na forma de estacionamento em vias públicas, os motoristas brasileiros ganham R\$ 7 bilhões em serviços gratuitos todos os anos, numa estimativa que o Ipea admite ser bastante conservadora. “Na maioria das cidades brasileiras você não paga nada para estacionar. No Eixo Monumental de Brasília, por exemplo, que tem um dos metros quadrados mais caros do País, você não paga o estacionamento”, prossegue.

Em certo nível, os subsídios se comunicam entre si. Com o argumento de evitar impactos inflacionários, há vários anos a Petrobras tem como prática evitar que as altas nas cotações do petróleo cheguem ao valor da gasolina – seu preço no Brasil está 20% abaixo dos preços médios internacionais, o que não deixa de ser um subsídio direto ao automóvel, conforme avalia o pesquisador do Ipea.

Essa decisão tem sido duramente criticada por José Goldemberg, por tornar a gasolina mais atrativa do que o etanol, que, em sua avaliação, é o melhor programa de energia renovável em andamento no mundo. “Frequentemente o etanol fica caro, levando os motoristas a preferir a alternativa. O governo deveria combater a inflação de outras formas, e não asfixiando o álcool”, aponta. Não bastassem os preços artificiais, ela também paga menos tributos, como alerta o pesquisador do Ipea, Ribeiro de Carvalho. “A Cide da gasolina é metade da cobrada do etanol, que é um combustível mais limpo”, completa.

Não é a única situação em que o governo parece

trabalhar contra si mesmo. Esta reportagem tentou conversar com três ministérios – Minas e Energia, Agricultura e Indústria e Comércio – e com a Petrobras. Até a data de fechamento, nenhum deles aceitou falar – o que não deixa de ser uma medida do desconforto que o assunto causa. É como se, com uma mão, o governo fizesse algo, e desfizesse com a outra.

INDUÇÃO AO DESMATE

Na Amazônia, essa contradição é mais flagrante. O pesquisador-sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Paulo Barreto, afirma que há bastante dinheiro público financiando o desmatamento da floresta. Não é que o governo pague diretamente pelas motosserras – isso, via de regra, é feito com capital próprio –, o problema acontece quando os desmatadores pegam empréstimos para explorar a terra. “O crédito rural subsidiado soma R\$ 3,5 bilhões por ano. As pessoas desmatavam para, depois, conseguir o crédito para comprar gado”, relata.

O caso se tornou tão escandaloso que, em abril de 2011, o Ministério Público do Pará abriu processo contra o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia por falhas na liberação dos empréstimos. Não que a avaliação seja fácil de fazer. Falta, segundo Barreto, um bom mapeamento que permita cruzar os dados das propriedades com imagens de satélite para, dessa forma, identificar mais facilmente quem desmata.

Na opinião de Barreto, uma solução mais apropriada seria modificar o padrão dos financiamentos públicos na

"Analistas têm planilhas formatadas para o crédito agrícola e não sabem lidar com serviços ambientais"

Região Amazônica, dando menos dinheiro para atividades que, tradicionalmente, têm sido vetores do desmatamento e mais para os setores florestais e de serviços ambientais – segmentos que recebem uma fatia de menos de 1% desse bolo. Em parte porque os analistas de risco que operam essas linhas de crédito não têm a mais remota ideia do que fazer quando dão de cara com um projeto nessas áreas. “Eles têm planilhas já formatadas para operações de crédito agrícola. Entretanto, na área florestal, eles são menos capacitados. Existe um viés que facilita para o lado do negócio agropecuário”, explica o pesquisador.

MORRER ATIRANDO

Não bastasse isso tudo, a velha economia não parece nem um pouco inclinada a iniciar espontaneamente o seu canto do cisne e se encaminhar logo para os livros de história. Se for mesmo para cair, ela, pelo jeito, vai querer cair atirando.

“Eu tenho me concentrado mais nas indústrias do *copyright* e da educação, mas acho que as empresas, especialmente as grandes corporações, tendem a manter uma postura conservadora”, opina o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, coordenador do Grupo de Pesquisa em Cultura Digital e Redes de Compartilhamento da Universidade Federal do ABC. “O usual é você querer permanecer num modelo de negócios que funcionou durante anos do que tentar inovar”, diz.

De acordo o pesquisador, não faltam exemplos de indústrias que, ao sentirem-se ameaçadas, adotam estratégias defensivas que beiram a sabotagem pura e simples. Um caso que se tornou paradigmático aconteceu no fim dos anos 1970, quando a japonesa Sony começou a vender os primeiros aparelhos **Betamax**. O pânico de que o público preferisse a conveniência de assistir a seus filmes na sala de casa em vez de se dirigir até o cinema mais próximo colocou a Motion Picture Association of America (MPAA) em pé de guerra. “O Jack Valenti (presidente da MPAA na época) chegou a lançar uma campanha violenta contra a Sony que incluía uma ação judicial para proibir a venda de aparelhos de vídeo”, conta Amadeu, apontando que, ironicamente, hoje os grandes estúdios cinematográficos faturam mais alto no mercado de *home video* do que com a venda de ingressos.

Para o sociólogo, é mais ou menos essa a mentalidade que tem animado a cruzada antipirataria patrocinada pela indústria do entretenimento, que, há poucos meses, teve seu capítulo mais recente com a derrocada sensacional do Stop Online Piracy Act (Sopa) e do Protect Intellectual Property Act (Pipa), dois projetos de lei americanos que chegavam assustadoramente perto de estabelecer a censura na internet em nome da defesa dos direitos de autor [2]. Também é o que têm feito as poderosas companhias do ramo de telecomunicações ao boicotar as chamadas **redes mesh**.

Mesmo dizendo que não tem certeza se esse padrão pode ser generalizado para outros segmentos da economia, Amadeu vê similaridades entre essas reações e as que têm sido apresentadas pelas indústrias que vivem da exploração de energias fósseis, ao serem confrontadas com as demandas sociais por uma economia que precisa ser menos intensiva em carbono. “Basta ver a reação que eles tiveram ao Protocolo de Kyoto e a dificuldade em assumir os problemas que eles provocam. Isso, de certo modo, é parecido com a resposta da indústria do *copyright* às redes digitais”, conclui.

MACROTRANSIÇÃO

Embora previsível – e até compreensível –, também é possível dizer que as tendências atuais não são um dado da natureza. No livro *Macrotransição: o desafio para o terceiro milênio*, o filósofo húngaro, Ervin László, alerta que o futuro não é um processo linear, mas o resultado da “dinâmica caótica não linear do processo de evolução de sistemas complexos”.

Segundo ele, é verdade que estamos chegando aos limites do tipo de crescimento que temos hoje e que isso vai forçar a substituição de algumas das tendências mais entranhadas de hoje em dia. “Isso não é incomum: as teorias sistêmica e do caos nos dizem que a evolução dos sistemas complexos sempre envolve períodos alternados de estabilidade e instabilidade, continuidade e descontinuidade, ordem e caos. Hoje, estamos no limiar de um período de instabilidade – um período de caos”, escreveu.

Apesar do tom sombrio, a previsão não deixa de conter uma mensagem reconfortante: não importa o quanto estejamos apegados ao velho modelo, ele vai mudar. [2]

Um tipo de rede cuja estrutura é formada pelos computadores e equipamentos eletrônicos dos próprios usuários. Dessa forma, os dados poderiam trafegar entre um aparelho e outro sem, necessariamente, passar pela infraestrutura das companhias de telecomunicações

O padrão desenvolvido pela Sony foi o primeiro a popularizar os equipamentos domésticos de gravação e reprodução de vídeo. Nos anos 1980, contudo, eles acabaram perdendo espaço para o formato VHS

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) é um imposto criado em 2001 que incide sobre operações de importação e comercialização de combustíveis



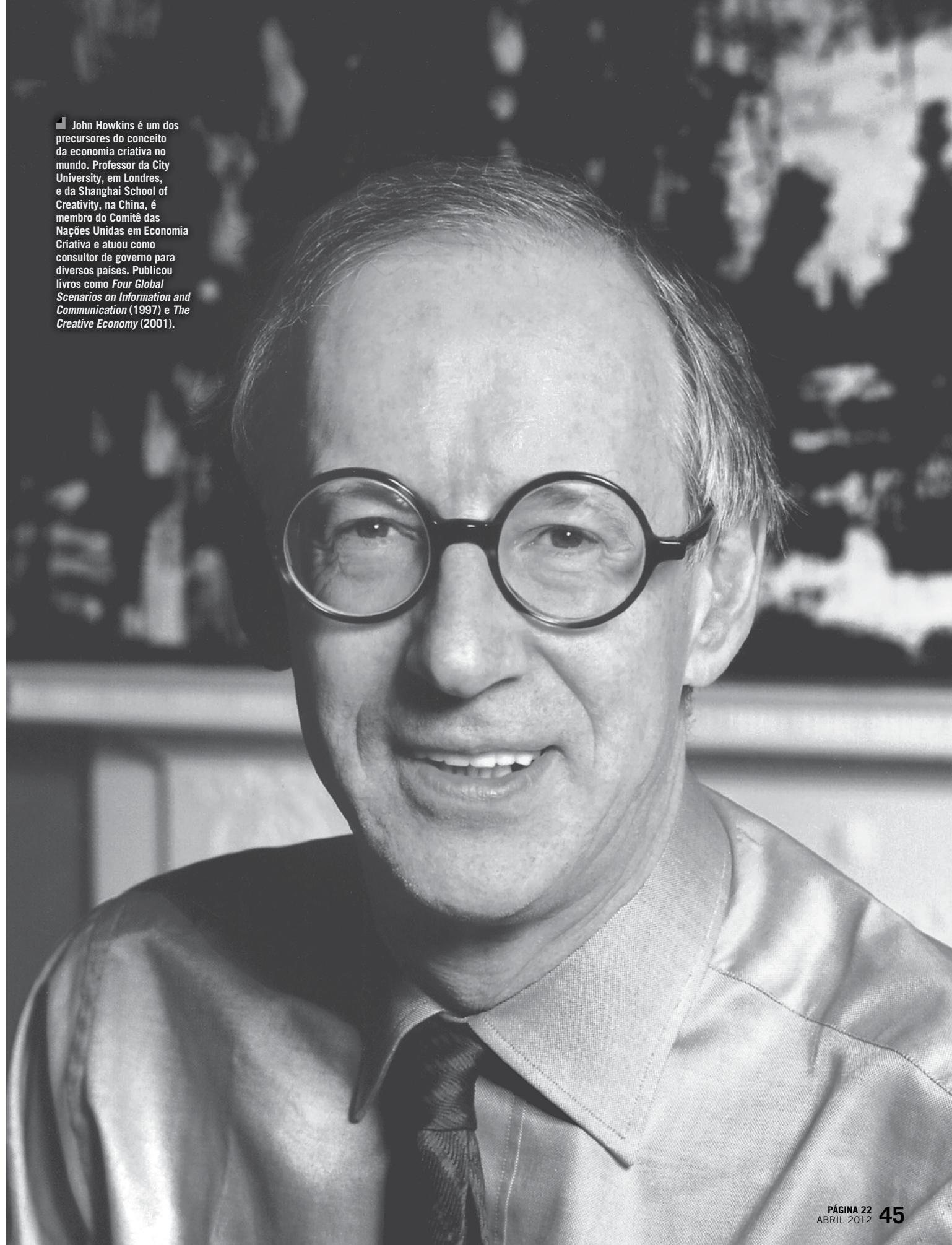
[2] Saiba mais sobre o assunto na reportagem “A produção do desencanto”, publicada na edição 60

Caminhos mais criativos

POR LETICIA FREIRE

Em meio ao caos econômico-financeiro, a economia criativa resiste. Bandeira da geração de riqueza por meio de negócios e atividades que valorizam questões sociais e culturais, ela se fortalece setorialmente, atraindo cada vez mais o interesse de investidores públicos e privados. Para **John Howkins**, especialista mundial em economia criativa e espécie de guru no assunto – convidado a palestrar no Seminário Internacional de Economia Criativa, Cultura e Negócios, em abril, em São Paulo – esse alargamento da visão econômica tradicional traz consigo o gene de um desenvolvimento com mais equilíbrio. “Eu acredito que na economia criativa é possível fazer um movimento por mais expressão, colaboração e consciência do outro.” Garantia de estabilidade ou sustentabilidade? Para Howkins, não se trata necessariamente de solução, mas de um bom caminho para chegar lá.

John Howkins é um dos precursores do conceito da economia criativa no mundo. Professor da City University, em Londres, e da Shanghai School of Creativity, na China, é membro do Comitê das Nações Unidas em Economia Criativa e atuou como consultor de governo para diversos países. Publicou livros como *Four Global Scenarios on Information and Communication* (1997) e *The Creative Economy* (2001).



DIVULGAÇÃO

Como a economia criativa pode ajudar um mundo em crise, tanto a econômico-financeira, com crescente pressão por reforma das bases predatórias do capitalismo, quanto a crise ambiental, uma vez que já usamos mais de um planeta e meio em termos de recursos naturais?

Essa é uma pergunta complexa, grande. Tudo está conectado, mas vou abordar dois aspectos da questão. A primeira coisa que temos a fazer é entender a natureza da crise e, além disso, estar atento para o papel que a criatividade e a inovação estão desenvolvendo dentro desse cenário. Digo isso porque a economia criativa cresceu dramaticamente nos últimos 20 anos e está oferecendo os produtos e serviços que as pessoas querem comprar. E muitos países, pessoas e empresas se endividaram justamente para financiar essas atividades. Esse endividamento é uma das razões para a crise e para a recessão que vemos atualmente, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Mas esta não é a principal razão da crise. A partir daí, temos de observar como os princípios da inovação e da criatividade podem nos ajudar a mover para um novo estágio de desenvolvimento econômico e social – uma nova forma de capitalismo, digamos assim. Acredito que podemos fazer isso de duas formas.

A primeira, concentrando-se em investimentos e atividades produtivas. É fundamental mover os recursos em nossa sociedade para aquelas atividades que geram investimento em produtividade para o futuro.

A segunda é olhar muito cuidadosamente para as características de trabalho das pessoas criativas. Trata-se, normalmente, de um trabalho em pequena escala, sustentável, com considerável nível de responsabilidade e com alto grau de engajamento, envolvimento e comprometimento. Parece-me que muitos padrões de trabalho em economia que vemos se desenvolver ao redor do mundo criativo são bons modelos para o futuro.

Mas como a indústria criativa está respondendo à crise?

Ainda estaremos em dificuldades por mais alguns anos. Minha sensação é de que a recuperação e o crescimento vão acontecer em velocidades diferentes em diferentes setores. O setor de *design* foi duramente atingido, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Acredito que esse setor ainda vai continuar sofrendo queda.

Os setores de anúncios em jornais e revistas, que já apresentavam baixa, continuarão caindo. Mas isso faz parte, porque seus negócios estão migrando dos produtos físicos para serviços on-line. Anúncios em televisão e rádio já estão em processo de recuperação e é esperado um forte crescimento do setor para 2012.

A indústria da publicação, as editoras de livros estão sofrendo com a competição do *e-book* e encontram margens muito estreitas para atuação. Essas empresas estão enfrentando muitos e diversos problemas. Mas isso não tem nada a ver com a recessão, isso está ligado ao sucesso da mídia on-line, seja ela texto, música, filme, seja televisão. Nesse caso, observa-se um crescimento cada vez mais rápido que se vem tornando – também de forma cada vez mais veloz – rentável. O setor de artesanato, profundamente dependente do turismo, já está apresentando melhorias.

No mais, é difícil dizer. As consequências da recessão, o tempo e a natureza da recuperação acontecerão de forma diferente de setor para setor.

A época nos mostra que as bases financeiras do sistema capitalista estão frágeis. A quebradeira geral levou milhares de pessoas às ruas, em diversas partes do globo, indignadas. A pressão social é forte e há uma demanda clara por novas regras para o sistema financeiro e seus atores. De certa forma, estamos todos falando e debatendo sobre valores éticos e morais, o que é bom. Então, pensando nessa questão dos valores, qual é a proposta da economia criativa? Quais valores ela apresenta?

A economia criativa, tanto em termos de produção, que é o “fazer”, como em termos de consumo, que é o “usar”, depende de que as pessoas usem a imaginação, expressem-se e normalmente trabalhem em grupo. A economia criativa move-se, por si mesma, ao encontro de uma sociedade mais justa.

Os princípios da economia criativa são de que todo ser humano nasceu criativo e que ele tem o direito desenvolver livremente esse potencial. Então, você observa imediatamente que esse é um tipo diferente de sociedade, seja ela baseada em agricultura, seja em manufaturados. É diferente de uma estrutura que aprisiona o ser humano, onde ele não é autorizado a desenvolver sua personalidade, sua individualidade.

Eu acredito que, na economia criativa, é possível fazer um movimento por mais expressão, colaboração e mais consciência do outro. Isso, contudo, não é garantia de estabilidade ou sustentabilidade, mas é um caminho.

Se a ideia da economia criativa está ligada ao capital cognitivo, então estamos falando de conhecimento.

Sim.

E isso me faz pensar na questão da propriedade intelectual, que é o oposto do compartilhamento e colaboração. É como “prender” uma ideia ou se apropriar de um conhecimento, que, por essência, é livre. Há um sério debate acontecendo sobre essa questão. Qual a sua opinião sobre isso?

O *copyright* está em crise. E essa crise se dá largamente devido ao tempo que ele dura e à complexidade das regras, as quais a internet e a mídia on-line começaram a destruir. Mas nós precisamos de algum método por meio do qual as pessoas que necessitam de um grande volume orçamentário para seu empreendimento, seja um filme, televisão, seja música, possam ter expectativas razoáveis de que eles terão um retorno justo por seu investimento. Nós precisamos de algum sistema e no momento o que temos é o *copyright*. E os princípios do *copyright* são bons. Mas ao longo dos anos a ideia foi capturada por empresas que não entendem a necessidade do equilíbrio entre propriedade intelectual e acesso público ao conhecimento.

Precisamos fundamentalmente repensar, não muito os princípios, mas a forma pela qual isso está sendo implementado. Por exemplo, o Creative Commons. Ele é uma licença simples do *copyright* que me permite publicar minhas coisas on-line e que, ao mesmo tempo, as pessoas interessadas copiem e compartilhem o conteúdo. Essas pessoas não precisam negociar comigo, não precisam me pedir. E essa é uma forma maravilhosa e inventiva de resolver um dos problemas que temos com o *copyright*. Precisamos

A fórmula do governo britânico, que ainda está forte pelo mundo, presta muita atenção nas indústrias criativas e pouca atenção nos indivíduos

de mais soluções e de soluções mais inventivas como essa, porque, como eu disse, o *copyright* é muito duro, pesado, dura muito tempo. Embora ele sirva para um monte de coisa que fazemos, também serve para um monte de coisas que não queremos mais fazer. É preciso reformular isso, e urgentemente, a fim de preservar o acesso das pessoas à cultura.

Quais os erros mais comuns que podem ser observados no desenvolvimento da economia criativa?

Não sei se diria erro, mas tenho um exemplo para te dar. A fórmula do governo britânico para a economia criativa, que ainda está forte pelo mundo, em minha visão, é muito restritiva. Ela dá muita atenção para uma pequena seleção de grandes indústrias criativas, que não inclui um monte de gente. Muita gente mesmo, e gente que tem sido muito criativa em suas próprias vidas, empresas e organizações.

Em outras palavras, o governo britânico presta muita atenção nas indústrias criativas e pouca atenção nos indivíduos. E meu trabalho é analisar e pesquisar a capacidade do indivíduo em sua vida pessoal, social e profissional de expressar suas próprias ideias e criatividade. Mas reforço que não se trata de um erro, é uma questão de ênfase, de foco. O meu olhar está no indivíduo, não importa onde ele ou ela estejam.

O Brasil e os brasileiros são frequentemente associados à criatividade. Em sua opinião, quais são os recursos naturais da criatividade? Seria a diversidade? E como fazer bom uso desse potencial?

A diversidade é muito importante, sem dúvida. Mas toda vez que vou ao Brasil sou capturado pelo estilo visual das cidades, a arquitetura, os lugares públicos, o senso de cor e música que vocês

têm. Não vou falar de futebol, mas, acredite, os brasileiros também têm uma habilidade extraordinária para fazer um *design* sustentável. Existem milhares de brasileiros que trabalham com material simples e local e produzem coisas belíssimas e inventivas. E vou reforçar a questão da música. Vocês têm uma tradição musical muito forte e músicas lindas da época da Tropicália. A todo tempo vocês estão criando estilos e provocações musicais. Vocês vivem da música, isso é fantástico.

Agora, como fazer bom uso disso? Bem, vocês terão grandes oportunidades para explorar e mostrar todo esse potencial criativo em dois eventos nos próximos dez anos, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Este ano, você sabe, teremos em Londres os Jogos Olímpicos. Muitas pessoas, incluindo eu mesmo, comentam sobre a questão dos altos gastos em uma competição atlética de curta duração. Mas o que a cidade está fazendo é colocar a ênfase do evento na cultura, em nossa cultura olímpica.

Sei que teremos uma ótima festa e que a festa continuará por um longo tempo, e será muito mais longa que a duração dos Jogos. E é possível que, daqui a 10 ou 20 anos, os Jogos sejam mais conhecidos pelos eventos culturais que acontecem durante as Olimpíadas.

Cada vez mais as pessoas se mostram interessadas na cultura do lugar, não apenas nos Jogos. Assim, minha mensagem para vocês no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em todas as outras cidades é que apliquem algum dinheiro para ter um festival cultural extraordinário. O mundo inteiro volta os olhos para esse momento, então, trata-se de uma oportunidade de mostrar que tipo de país vocês querem ser.

Para além dos holofotes da Copa e das Olimpíadas, nós ocupamos posição de destaque no cenário internacional da economia criativa?

Vocês estão indo bem e, conforme a economia cresce, a fatia da economia criativa também tende a crescer. Reforço que vocês têm indivíduos extremamente criativos nas mais diversas áreas. Claro que há dificuldades, especialmente pela competição internacional, e, em alguns setores específicos, pela concorrência da mídia on-line. Mas existe, em minha opinião, um subaproveitamento dessa capacidade criativa e inventiva e são muito os fatores para isso, mas, no geral, vocês são muito conhecidos e respeitados pela habilidade criativa.

E quando foi, na sua vida, que você começou a olhar a economia com olhos criativos?

Eu acredito que sempre tive a percepção da criatividade, mas foi na juventude que fiquei realmente interessado na mecânica, no funcionamento da atividade. No começo, eu estava muito envolvido com o conceito da internet e com processos computacionais, mas sempre achava que faltava algo. Faltava ali algum ativo criativo individual, algo que todos nós temos. Comecei, então, a pesquisar essa demanda criativa, essa resposta inventiva do conhecimento. Minha intenção era saber como as pessoas respondem ao conhecimento, não sobre o conhecimento em si mesmo. Eu também queria saber mais sobre essa dinâmica de resposta ao conhecimento – entender como as pessoas se expressam diante desse *know-how*. A partir daí, essa multiplicidade faz parte da minha vida. ■

Ruas de rios | Cercada por água doce, a cidade de São Paulo pode ter em um anel fluvial uma saída para seu trânsito e melhor qualidade de vida

THAÍS HERRERO

Existe em São Paulo um caminho por onde pode passar boa parte das cargas, do lixo urbano, dos produtos e até dos passageiros e turistas. Sem semáforo, o caminho ainda inexplorado está localizado no curso dos rios e represas no entorno da cidade.

Em março, o grupo de pesquisa MetrÓpole Fluvial, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, finalizou a articulação arquitetônica e urbanística do Hidroanel Metropolitano de São Paulo [1]. O projeto redesenha 170 quilômetros de vias navegáveis formadas pelos rios Pinheiros e Tietê, pelas represas Billings e Taiacupeba, mais um canal e um túnel que fazem a ligação entre as duas represas. Baseada no conceito de uso múltiplo das águas, estabelecido na Política Nacional de Recursos Hídricos, a iniciativa começou em 2009, quando o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Departamento Hidroviário da Secretaria Estadual de Logística e Transportes, licitou o estudo de pré-viabilidade técnica, econômica e ambiental do hidroanel.

Um dos objetivos da iniciativa é repensar as águas da região metropolitana e encontrar nelas uma alternativa de percurso, como era no começo do século XX. Antes de o Brasil investir nas rodovias – sinônimo de desenvolvimento nos anos 60 –, as embarcações e trens eram os principais meios de escoamento. Como sabemos, depois que o modelo de urbanismo rodoviário prevaleceu, desmantelaram-se os modais ferroviário e hidroviário. Alexandre Delijaicov, professor da FAU e coordenador do Grupo MetrÓpole Fluvial, lembra que, na década de 20, cerca de 3 mil embarcações eram licenciadas por ano para navegar pelos rios de São Paulo.

Ao longo da história paulistana, os rios urbanos foram confinados em canais estreitos, rasos e restringidos entre barragens que impedem a navegação continuada. A densa urbanização nas várzeas hoje resulta em alagamentos, problemas de locomoção e congestionamento. Na superfície de concreto, muitas galerias subterrâneas estão escondidas ou são desconhecidas

dos habitantes da cidade. (Leia sobre a redescoberta dos rios em “Enterrados, mas vivos”, na edição 58).

Como não é possível voltar atrás e refazer todo o projeto urbanístico da cidade, Delijaicov acredita que a saída seja “construir a partir do construído” e tornar a malha de transporte “multimodal” e interligada. “Uma cidade precisa ter todos os modais de transporte, da bicicleta ao avião”, diz.

Segundo o pesquisador, uma das funções do hidroanel é melhorar o congestionamento que atualmente assola a Região Metropolitana de São Paulo. A previsão é que cada embarcação tenha capacidade de 400 toneladas, equivalente ao que carregam 50 caminhões. Isso reduzirá em até 30% as 400 mil viagens/dia feitas por caminhões hoje.

Dividido em etapas, o projeto do anel fluvial deve escoar primeiramente os resíduos sólidos urbanos, também chamados de carga pública, e, com o passar do tempo, movimentar outras



DANILLO ZAMBONI

mercadorias, como alimentos.

Para receber lixo urbano, a primeira fase do projeto, elaborada de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece a implantação de 60 “ecoportos” no percurso, além de **triportos** para o processamento dos resíduos. Os barcos estarão integrados ao sistema de coleta seletiva dos 15 municípios banhados pelos rios. Se hoje um caminhão faz um percurso de 50 quilômetros entre as residências e os lixões, com o hidroanel precisarão percorrer apenas de 5 a 10 quilômetros.

E, como não é possível navegar nem oferecer às pessoas transporte em águas tão poluídas – como estão hoje –, barcos de limpeza vão contribuir com a revitalização dos rios e canais. Movidos a diesel ou modelos híbridos (biogás e motor elétrico), diminuindo consideravelmente as emissões de gases de efeito estufa e a poluição, essas embarcações filtrarão a sujeira e colaborarão com o sonho dos paulistanos de ver os rios e represas limpos novamente, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da cidade.

“São Paulo nunca teve um padrão de urbanização que valoriza a qualidade ambiental e o hidroanel muda isso”, diz Delijaicov, referindo-se ao plano de revitalizar as orlas, que serão reurbanizadas e transformadas em espaços públicos de lazer. Para o especialista, ao incentivar a cultura de convivência com os rios, eles deixam de ser entendidos como um transtorno em caso de enchentes e voltam a ter importância funcional e lúdica para a população urbana.

Delijaicov alerta, contudo, que o maior desafio para a implementação do hidroanel é convencer as autoridades públicas a abraçar um projeto de longo prazo – a previsão é que leve 30 anos, ou oito gestões. “O estudo foi encomendado pelo governo do estado, o que mostra que, pela primeira vez, há interesse. O hidroanel é um sonho do grupo de estudos da FAU e meu. São Paulo precisa dele”, diz.

Parte da rede de serviços hidroviários, os triportos fazem a triagem, reciclagem, processamento, reutilização, e em última instância a incineração dos resíduos urbanos

É bom **nascer de novo** de vez em quando | Mudar para um lugar desconhecido faz desaparecer as referências, os “pré-conceitos”, e abre outro mundo dentro de nós mesmos

DANIELA GOMES PINTO*

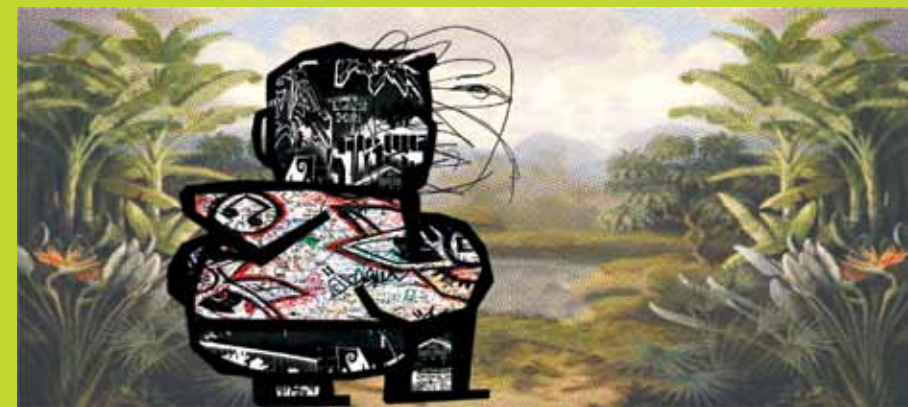
Mudar não é fácil, mas mudança é sempre bom. É o que dizem. Pois no último mês fiz o que recomenda muito poema e livro de autoajuda: de uma só tacada, cortei o cabelo curto, mudei de cidade e comecei a aprender uma nova língua.

Mudar de cidade é um pouco como começar um namoro. Não como quando você está totalmente apaixonado, mas como quando você conhece uma pessoa e sente algo que ainda não sabe o que é, e se aproxima para ver no que vai dar. Você olha de soslaio, não exatamente desconfiado, mas tentando conhecer melhor aquele ser desconhecido ali na sua frente. E finge estar à vontade, quando na verdade está absolutamente perdido.

Quando você chega numa cidade nova, você não conhece nada, nem ninguém, não sabe ir à padaria e faz oito vezes o mesmo retorno e não chega na pista contrária. E que tal você aproveitar o momento para aprender uma nova língua? Recomendo. Aumenta ainda mais a dose de estranhamento e desconforto. Você balbucia feito um bebê e não completa uma simples frase. Seus desafios complexos da vida moderna de repente se restringem ao mais primitivo deles – a linguagem. E nossas cabeças racionais com nível superior completo piram quando a gente gagueja para contar até 10 ou não consegue formular uma pergunta decente para descobrir onde é o banheiro.

Mas chegar a um lugar desconhecido faz desaparecer suas referências das coisas e das pessoas e, com elas, seus “pré-conceitos”. E essa é uma experiência interessante. É um pouco como um gringo chegar na **Rua Helvetia**, em São Paulo, e, achando lindas as antigas casas, pensar em morar ali. Diferente de um paulistano que olha para outro paulistano e, pelo andar, o jeito de vestir e falar, já desenha de cara um estereótipo – e como é difícil fugir de estereótipos.

Eu acho de uma enorme filosofia uma cena do filme *Pretty Woman* – sim,



aquele mesmo com a Julia Roberts e o Richard Gere –, quando ele a surpreende no banheiro escondendo alguma coisa. Nervoso e pensando ser drogas, ele a obriga a mostrar o que tem escondido. Ela charmosamente abre a mão, que revela uma caixinha de fio dental. Ele diz, estupefato: “É muito difícil alguém me surpreender”. No que ela responde, graciosa: “Que estranho, pois as pessoas me surpreendem o tempo todo!” Que maravilha essa ode a duas visões de mundo, logo ali, no *hollywood* facinho.

Pois, quando está num lugar sem referências, você pode brincar de Julia Roberts. E as pessoas podem te surpreender o tempo todo. Porque, sem elementos, você não espera nada das pessoas. E isso abre seu mundo. Você puxa papo com quem jamais conversaria em sua cidade natal. Interessa-se pelo antes *ininteressável*. Seu olhar é atraído por coisas que você nem sabia que enxergava. Aos poucos, você mesmo vai começando a usar uma roupa que não usava, a fazer coisas que não fazia – que nem sequer sabia que sabia fazer.

Em uma cidade nova seus sentidos são aguçados sem você perceber. Se a cidade é mais ensolarada, o sol bate na sua pele e você o sente como da primeira vez. Se morava em um lugar barulhento e muda para uma região mais quieta, aquilo te traz mil significados, te

remete a lembranças que você nem sabia que guardava. Outro dia perguntei, em um impulso de mãe irritada, ao meu filho de 5 anos: “Por que você não para de falar 1 minuto desde que a gente mudou para essa casa?!” “Porque eu tenho medo do silêncio, mãe.” Mudar apura seus sentidos para aquilo que você não sabia que estava lá.

Há muito tempo, fiz uma oficina de *clown* – que é um jeito sério de chamar o palhaço. E essa oficina de *clown* era de uma seriedade absoluta. O primeiro e inesquecível exercício era colocar o nariz de palhaço. Pode soar anedota, mas a experiência é marcante. Você não pega e simplesmente coloca o nariz. Você é levado a um processo de se imaginar enxergando o mundo pela primeira vez. E quando coloca o nariz vermelho, você olha tudo à sua volta como um bebê que acabou de nascer.

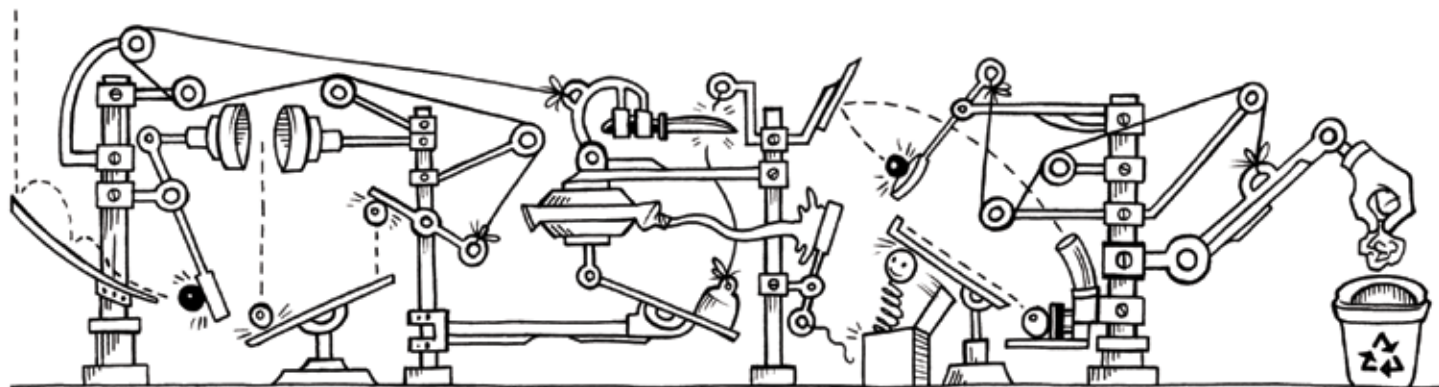
É a partir daí, dessa ideia absolutamente simples, que você começa a abrir-se para as possíveis e impossíveis palhaçadas que pode criar. Você se abre para uma parte nova de você.

Mudar de cidade é uma chancezinha, ainda que temporária, de nascer de novo.

[E o que isso tudo tem a ver com sustentabilidade? Aparentemente, nada. Eu só quis mudar o jeito de fazer essa coluna, desta vez.]


* PESQUISADORA DO GVCES E MESTRE EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PELA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE

[1] Acesse em metropolefluvial.fau.usp.br/hidroanel.php



Traquitanas econômicas

Compliação não é sinônimo de complexidade, assim como simplicidade difere de simplismo. Enquanto a vida se organiza em sistemas complexos tantas vezes geniais de tão simples, o aparato econômico-financeiro descolou-se como nunca do mundo natural e virou uma engenhoca só. E pôe defeito nisso.

Foi justamente para o anúncio de um caderno de meio ambiente do *Correio Brasileiro* que Douglas Reis (douglasreis.com.br) criou esta ilustração. Serve para lembrar que um redesenho mais eficiente da economia e da sociedade precisa ocupar o espaço das velhas geringonças, mas que os esboços ainda estão para ser traçados. – POR AMÁLIA SAFATLE 

radar
RIO+20 

O Radar Rio +20 é uma parceria do GVces, do Instituto Socioambiental e do Vitae Civilis que busca informar o público brasileiro sobre as principais discussões e os contextos relacionados à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20).

Em parceria com a Rádio Estadão ESPN, o Radar Rio+20 promove desde março uma série de debates com temas relevantes para o entendimento da Economia Verde.

Você é nosso convidado para o próximo encontro, que acontece em **23 de abril**, no **Salão Nobre da Fundação Getulio Vargas em São Paulo**. Em debate, as **Energias Alternativas**.



Acesse o site www.radarrio20.org.br,
saiba mais sobre o debate e confirme sua presença.



Elaine Freitas Silva,
consultora Natura e gestora
da ASTRAPI – Associação
de Trabalhadores com Papel,
Papéis e Materiais Recicláveis
de Ibirataia – Sarzedo, MG.

Catadores de materiais recicláveis se organizam em cooperativa. Uma cultura de coleta seletiva engaja a comunidade. Dezenas de pessoas descobrem uma nova profissão. Alguém tem que começar, alguém tem que acolher. **Por todos os cantos do Brasil, existem consultores e consultoras Natura que, com suas ideias e ações, estão transformando a realidade** em que vivem e começam a escrever uma nova história. A Natura acredita no poder dessas iniciativas. Por isso criou o Programa Acolher que identifica e apoia ações sociais desenvolvidas por nossa rede em todo o país. Ações que inspiram outras ações e que, cada uma a seu modo, têm o mesmo objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor.